

25º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO

01 de janeiro a 31 de março de 2025



**SUBSECRETARIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE (SUPEC) DA SECRETARIA DE ESTADO
DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (SEJUSP)**

SUBSECRETÁRIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Christiana Dornas Rodrigues

ELABORAÇÃO:

COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Gleysiane Freire Diniz – Supervisora do Contrato de Gestão

Marina Tereza da Silva Coelho – Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão

Beatriz Barbosa Pena Camargo – Representante da unidade jurídica do OEP

Ana Carolina dos Santos Gonçalves – Representante da unidade financeira do OEP

Cícera Maia - Membro da Comissão de Monitoramento

ASSESSORIA DE GABINETE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Anna Carolina Marotta de Oliveira Menezes

SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Flávia Cristina Silva Mendes

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE PARA A JUVENTUDE

Ana Carolina Gonçalves Ferreira

**DIRETORIA DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO SOCIAL À
CRIMINALIDADE**

Cristiane Pereira Gabriel Brum

Celso Nunes de Souza

Maressa de Cássia Gonçalves Aguiar

Vanessa Serva Maciel Golgher

**DIRETORIA DE ALTERNATIVAS PENAIIS E ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA
PRISIONAL**

Karolina Adrienne Silva Oliveira

Paloma de Souza Santos Pereira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADA	5
2.1. Detalhamento dos resultados alcançados	9
Área Temática 1 – Programa de Mediação de Conflitos	9
Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	18
Área Temática 3 – Programa Se Liga	24
Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA	27
Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp	33
Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	41
Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas	44
Área Temática 8 – Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	50
Área Temática 9 – Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher	53
Área Temática 10 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política	56
Área Temática 11 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	58
Área Temática 12 – Gestão da Parceria	58
Área Temática 13 – Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	58
3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS	59
4. RETIFICAÇÕES DO RELATÓRIO GERENCIAL DE RESULTADOS	60
5. VISITAS DE MONITORAMENTO NAS UNIDADES DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE	62
6. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS	66
6.1. Análise das receitas e despesas do período	72
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 002/2019, no período de 01/01/2025 a 31/03/2025 (25º Período Avaliatório – PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao art. 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao art. 52 do Decreto Estadual nº 47.553/2018, será apresentado neste documento o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução da política pública. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, com sua devida análise.

Para a elaboração deste relatório, a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), precipuamente as diretorias e coordenações dos programas, que possuem as informações qualificadas e dão as diretrizes para a execução do objeto do Contrato de Gestão nº 02/2019 (CG).

Ressalta-se ainda que esta Comissão de Monitoramento não tem gerência sobre as metodologias dos programas e nas diretrizes emanadas por cada diretoria que compõem a SUPEC. Por isso, a imprescindibilidade de que todas as diretorias da Subsecretaria façam a análise dos seus respectivos programas e a apresentação da avaliação neste documento.

O 25º Período Avaliatório do CG nº 02/2019 inicia o ano de 2025 e reflete uma série de mudanças trazidas pelo IX Termo Aditivo, com a pactuação de novas metas e produtos e a inclusão de novos indicadores, tais como 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório; 8.1 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec; 8.2 - Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio; 10.4 - Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover) e 13.1 - Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Além disso, esse período foi marcado pela reestruturação e transição de cargos estratégicos na parceria entre SUPEC e a Organização Social (OS), com a extinção de dois cargos e funções anteriores e a criação do cargo do “Supervisor da Prevenção”, com a perspectiva de inovação e eficiência no trabalho, bem como economicidade na rubrica de pessoal.

No que se refere ao cumprimento das metas dos indicadores pactuados, o 25º Período Avaliatório mostra-se satisfatório com o cumprimento parcial ou integral das metas pactuadas que serão discutidas ao longo deste relatório. Em relação aos produtos e ações, esse período é caracterizado por entregas relevantes e que exigiram um esforço de vários atores da parceria, tanto do Instituto Elo quanto da SUPEC. Dentre elas, destaca-se o lançamento do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Proteja Minas, em 15 de janeiro, e a inauguração da primeira UPC no município de Ubá, em 08 de março, bem como a realização dos 86 Projetos de Prevenção, executados nos municípios abrangentes pela política no período de novembro de 2024 até março de 2025.

2. COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADA

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					25º Período Avaliatório Jan/2025 a Mar/2025	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 17.270 •	• 17.908 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 3.049 •	• 3.012 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 3.720 •	• 3.770 •
2		2.1	Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.040 •	• 3.228 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 8.740 •	• 8.626 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 28.800 •	• 31.641 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 143 •	• 146 •
3		3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	3	• 585 •	• 841 •
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	3	• 450 •	• 308 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					25º Período Avaliatório Jan/2025 a Mar/2025	
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	3	• 225 •	• 229 •
4		4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 22.428 •	• 23.294 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 75% •	• 73% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 1.602 •	• 1.429 •
		4.4	Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	1	• 18% •	• 2,87% •
5		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 5.976 •	• 5.900 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 80% •	• 86% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 655 •	• 700 •
6		6.1	Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	1	• 6 •	• 31 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					25º Período Avaliatório Jan/2025 a Mar/2025	
	Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência	6.2	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	1	• 525 •	• 481 •
		6.3	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	1	• 90 •	• 103 •
7		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	5	• 180 •	• 183 •
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	5	• 540 •	• 526 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	4	• 140 •	• 314 •
8	Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	8.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	2	• 2.850 •	• 3.771 •
		8.2	Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	1	• 723 •	• 379 •
9	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher	9.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	1	• 125 •	• 11 •

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					25º Período Avaliatório Jan/2025 a Mar/2025	
10	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	10.1	Número de acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 91 •	• - •
		10.2	Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 203 •	• - •
		10.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 45 •	• - •
		10.4	Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)	1	• 2,50% •	• 2,80% •
11	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	11.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	1	• 66 •	• 66 •
		11.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	1	• 6 •	• 6 •
12	Gestão da Parceria	12.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• 100% •
		12.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	• - •
13	Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	13.1	Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	1	• - •	• - •

2.1. Detalhamento dos resultados alcançados

Área Temática 1 – Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
17.270	17.908	103,69%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
3.049	3.012	98,79%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
3.720	3.770	101,34%

A Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) manifesta concordância com a Organização Social (OS) quanto ao cumprimento dos indicadores 1.1 e 1.3 pactuados no 25º Período Avaliatório, reconhecendo o importante papel das oficinas e dos projetos de prevenção como frentes estratégicas e eficazes para o alcance das metas estabelecidas.

Contudo, a DCM reitera sua preocupação diante do agravamento da dinâmica criminal nos territórios de atuação do Programa de Mediação de Conflitos, em especial no que se refere ao crescimento dos índices de violência letal. Conforme já apontado no 24º Relatório de Monitoramento, o ano de 2024 registrou um aumento de 25,3% nos casos de homicídios consumados em relação a 2023. Esse dado permanece como uma questão central na agenda da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), sobretudo quando se observa que, nos três primeiros meses de 2025, o crescimento se mantém, superando as ocorrências do mesmo período do ano anterior, com um aumento de 48,8%.

Diante desse cenário, a DCM destaca a necessidade de respostas mais qualificadas e territorialmente ancoradas por parte dos profissionais da OS. A ausência de uma apresentação mais qualificada com análises consistentes e estratégias articuladas frente aos fenômenos de violência letal pode comprometer a capacidade de intervenção do Programa. É fundamental que as ações não se restrinjam ao alcance quantitativo de metas, mas revelem coerência com os diagnósticos territoriais e capacidade de gerar impactos concretos na redução dos fatores de risco.

Dessa forma, reforça-se, novamente, a importância de fortalecer o direcionamento das equipes técnicas de base territorial, estimulando o desenvolvimento de intervenções de prevenção e proteção mais robustas, abrangentes e integradas, alinhadas às especificidades e complexidades de cada território.

Em 2025, o Programa Mediação de Conflitos completa duas décadas de atuação como política pública de referência na prevenção social à criminalidade em Minas Gerais. A marca de 20 anos simboliza não apenas a longevidade institucional do PMC, mas também a consolidação de uma proposta metodológica inovadora, centrada na mediação de conflitos como ferramenta de transformação social e fortalecimento comunitário.

Ao longo de sua trajetória, o PMC teve papel fundamental na estruturação de ações de escuta qualificada, fortalecimento de redes locais, prevenção às violências e promoção do acesso a direitos, atuando diretamente em territórios marcados por vulnerabilidades históricas e desigualdades estruturais, o que exigiu do PMC capacidade constante de adaptação, leitura crítica dos cenários e inovação nas estratégias de atuação.

Dessa forma, a DCM reforça a importância da OS na promoção de um olhar estratégico e propositivo sobre esse momento simbólico, utilizando a memória institucional como insumo para o planejamento de ações ainda mais integradas e transformadoras, com foco na ampliação do impacto e na incidência efetiva sobre os fatores de risco à criminalidade e violência letal. Para celebrar os 20 anos do PMC, está previsto a realização de um seminário comemorativo. O evento buscará não apenas celebrar a trajetória do Programa, mas também fomentar um espaço de reflexão crítica, troca de experiências e proposição de caminhos futuros para o fortalecimento da política de prevenção social à criminalidade.

Além do seminário, está em desenvolvimento, pela Comissão de Comunicação, uma revista comemorativa dedicada a registrar a trajetória do PMC, seus impactos e experiências marcantes nos territórios, que contribuíram para consolidar o Programa como referência em prevenção social à criminalidade. Ressalta-se que a Comissão de Comunicação, assim como a Comissão Metodológica do programa, é composta por representantes de analistas sociais, supervisores de prevenção, estagiários, gestores sociais e membros da diretoria Supec, reforçando o caráter coletivo e participativo da produção.

Para além das comemorações descritas a **DCM orienta, ainda, que a OS estimule a promoção de comemorações descentralizadas nos territórios de atuação do PMC, a serem promovidas em articulação com os moradores, lideranças e redes comunitárias.** Tais celebrações devem transcender o caráter simbólico, sendo mobilizadas como estratégias de fortalecimento do vínculo comunitário, visibilidade pública e engajamento social contribuindo para o fortalecimento do PMC frente aos desafios atuais da violência e da prevenção.

Neste mesmo movimento de valorização das práticas territoriais, destaca-se a realização do Café das Oficinas, ocorrido em março de 2025 na Cidade Administrativa do estado, com a presença da Subsecretária Christiana Dornas, da Superintendente Flávia Mendes, da Assessora chefe Gleysiane Diniz, diretorias do Programa Mediação de Conflitos e Programa Fica Vivo!, e demais atores da SUPEC. O encontro reuniu oficinas de ambos os programas se tornando um importante momento de escuta qualificada, troca de experiências e alinhamento institucional com as oficinas, que desempenham papel importante na implementação das ações de prevenção.



Café com as oficinas dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo - SUPEC – 10/03/2025

Durante o encontro, foi pactuada a criação de um Comitê Gestor das Oficinas, espaço de diálogo permanente entre elas, entre o departamento de monitoramento de projetos do Instituto Elo e a Diretoria do Programa Mediação de Conflitos. A proposta visa qualificar a prática das oficinas, fortalecer e promover

uma atuação cada vez mais alinhada com os princípios e metas do Programa. O primeiro encontro do comitê está previsto para abril de 2025.

A DCM reforça a pertinência e o potencial estratégico desse Comitê enquanto espaço dialógico, transversal e participativo, fundamental para a construção coletiva de diretrizes e o aprimoramento contínuo das oficinas como instrumentos de prevenção social às violências. Nesse sentido, **solicita-se que a OS atue de forma proativa na articulação, consolidação desse espaço e no apoio às oficinas.**

Por fim, no mês de março, o Programa de Mediação de Conflitos passou por uma importante ampliação em sua capacidade de oferta de atendimento em oficina, alcançando a marca de 72. Um avanço significativo em relação ao ano anterior, quando o programa operava com um teto de 50 oficinas. A partir dessa expansão, cada território atendido pelo programa passa a contar com, no mínimo, duas oficinas, garantindo maior capilaridade e presença territorial.

Esse avanço representa um marco relevante para o fortalecimento da atuação do PMC, considerando a importância estratégica dessa modalidade de atendimento tanto para o aprofundamento da leitura sobre a dinâmica dos conflitos e da criminalidade nos territórios quanto para o aprimoramento da capacidade de resposta do programa. A DCM reforça a importância de um acompanhamento próximo e contínuo da execução dessas novas oficinas e das já implantadas, por parte da OS, assegurando a qualidade das atividades e a coerência com os objetivos do programa.

No que se refere ao **indicador 1.1**, observou-se alguns erros nos números apresentados que foram retificados no capítulo 4 deste relatório e, diante desse cenário, **a DCM e a Comissão de Monitoramento reforçam a importância da revisão cuidadosa dos dados quantitativos apresentados nos relatórios, assegurando a consistência, a confiabilidade e a rastreabilidade das informações.**

Ainda na página 10, a OS destaca o aumento significativo de atendimentos realizados no âmbito dos projetos de prevenção, com ênfase especial para os projeto que tem investimento de recursos e o projeto institucional É na Base. A DCM reconhece o empenho e o comprometimento diante do crescimento desta modalidade de atendimento, que se configura como um eixo estratégico na prevenção à violência, na medida que contribui para o fortalecimento de vínculos comunitários, a redução de fatores de risco e a construção de estratégias territorializadas de prevenção às violências.

Reafirma-se, portanto, a importância da continuidade e fortalecimento desta frente de atuação, que deve ser compreendida não apenas como dependente de aporte financeiro, mas como uma diretriz metodológica estruturante do Programa, que deve ser incorporada à prática cotidiana dos territórios a ser mantida por meio da mobilização e engajamento comunitário e articulação com a rede local. **Recomenda-se, ainda, o monitoramento qualificado dos desdobramentos, impactos e resultados dessas ações, de forma a subsidiar o aprimoramento contínuo dessa política pública de prevenção social à criminalidade.**

Destaca-se a experiência do PMC Santa Lúcia, que, a partir da leitura territorial identificou uma socialização marcada por violências cotidianas, desenvolveu, em diálogo com os moradores, um projeto de prevenção com foco na valorização das memórias coletivas e no fortalecimento dos vínculos comunitários. A iniciativa buscou resgatar a história local por meio das brincadeiras, promovendo o reconhecimento das vivências do território e das lideranças comunitárias, além de incentivar a integração entre os diferentes microterritórios da região.



Projeto Prevenção PMC santa Lúcia "Gincana Comunitária - Resgatando Histórias com Brincadeira e Arte -02/02/2025

A Organização Social (OS) avaliou a relevância do Projeto Prevenção com investimentos financeiros, ressaltando sua fundamental importância para a atuação do Programa de Mediação de Conflitos, uma vez que possibilita uma melhor e contínua aproximação com os moradores. A DCM reconhece a relevância da alocação de recursos especialmente por viabilizar, por vezes, ações mais estruturadas, no entanto reforça que a ausência de recursos financeiros não deve ser tratada como um impeditivo para o fomento e desenvolvimento dessa modalidade de atendimento. A atuação preventiva deve ser estimulada constantemente e orientada por estratégias que estimulem a participação e mobilização comunitária para construção coletiva de soluções, mesmo em contextos de restrições de recursos.

Nesse sentido, **a DCM solicita que a OS mantenha esforços voltados à execução dessa prática, mesmo sem aportes financeiros específicos, sobretudo, frente à crescente violência letal nos territórios atendidos pelo PMC.** Dados apontam que, apenas no primeiro trimestre de 2025, foram registrados 61 homicídios, representando um aumento de 48,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O território de Jardim Teresópolis (Betim), por exemplo, permanece como uma das áreas de maior preocupação, com seis homicídios registrados no período. Apesar da leitura técnica qualificada, não foram identificadas ações concretas de enfrentamento à violência letal, nem mesmo por meio do Projeto Prevenção, evidenciando um possível descompasso entre diagnóstico e intervenção. Outros territórios com dados alarmantes incluem o bairro Veneza (Ribeirão das Neves) e Pedreira Prado Lopes (Belo Horizonte), com seis e cinco homicídios, respectivamente. Esse contexto reforça a urgência de respostas mais robustas e estrategicamente orientadas.

Diante desse cenário, a DCM destaca a necessidade de um redirecionamento assertivo das ações desenvolvidas sobretudo nos territórios que tem apresentado índices alarmantes de homicídios consumados e tentados, com foco específico na prevenção e redução desses fenômenos. Para tanto, é essencial que as estratégias adotadas integrem ações articuladas e estruturadas, baseadas em uma escuta ativa da comunidade, na mobilização social e no fortalecimento das redes locais de proteção e cuidado.

Na página 11, a OS destaca a diversificação dos projetos de prevenção, com ações voltadas para assegurar o acesso ao lazer e à cidade. A DCM corrobora com a relevância dessas temáticas no fortalecimento do tecido social, mas ressalta que os projetos devem assumir, de forma mais explícita e intencional, o compromisso com a transformação das realidades violentas nos territórios, intervindo sobre os fenômenos de violências conforme leituras da dinâmica criminal local.

Como exemplo, destaca-se o projeto desenvolvido pelo PMC Jardim Teresópolis, que organizou uma visita ao Instituto Inhotim com um grupo de mulheres do território. A ação foi motivada pela leitura da ausência de acesso a atividades culturais e de lazer por parte dessas mulheres, somada à manifestação direta

das participantes sobre o desejo de realizar atividades fora do território, especialmente diante do aumento da violência local.

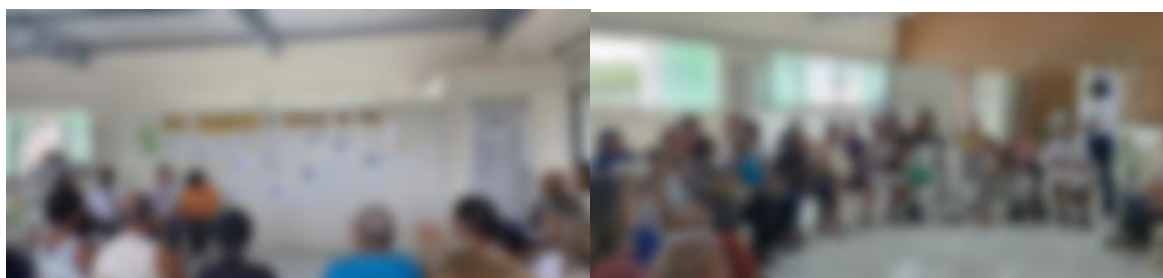


Projeto de prevenção PMC Jardim Teresópolis - “Cuidando de quem faz” - Visita ao Instituto Inhotim - 19/02/2025

Ainda que a proposta seja válida e relevante, sobretudo no que diz respeito à ampliação do direito à cidade e ao lazer, a DCM ressalta que o projeto poderia ter sido ainda mais estratégico se a violência territorial tivesse sido assumida como eixo condutor da intervenção. A partir dessa abordagem, seria possível provocar, para além do deslocamento, a mobilização comunitária na construção de intervenções ampliadas de prevenção às violências e estratégias permanentes de acesso ao lazer, cultura e convivência dentro do próprio território.

A DCM reforça que os projetos de prevenção devem se orientar por uma intencionalidade transformadora, voltada à intervenção direta nos cenários territoriais de vulnerabilidade e violência, com o objetivo de modificá-los a partir de processos comunitários sustentáveis, enraizados na realidade local e abertos ao diálogo com diferentes moradores.

Como exemplo estratégico, o PMC Rosaneves executou um projeto cuja temática central foi a própria dinâmica criminal do território, promovendo o evento “Café com a Comunidade: Diálogo sobre a Cultura de Paz”, que gerou espaços de escuta, reflexão e construção coletiva. A iniciativa evidencia o potencial dos projetos de prevenção quando estão alinhados às dinâmicas do território e mobilizam ativamente a comunidade na busca por soluções.



Projeto de Prevenção PMC Rosaneves “Café com a Comunidade: Diálogo sobre a Cultura de Paz” - 30/01/2025

A DCM corrobora com a avaliação apresentada pela OS, na página 11, sobre o projeto institucional É na Base, que chega à sua 4ª edição em 2025, com execução progressivamente mais qualificada, criativa e estratégica. A trajetória do projeto demonstra amadurecimento metodológico e maior capacidade de mobilização e articulação com a rede da educação e comunitária. A título de ilustração, destaca-se a atuação

da equipe técnica do PMC Nova Contagem, cuja condução evidenciou criatividade, articulação com a rede local e engajamento ativo dos participantes, ampliando o alcance e o impacto da iniciativa.



Projeto de Prevenção é na Base – PMC Nova Contagem – 12/03/2025

Ainda conforme relatado pela OS, a partir deste ano o projeto É na Base passa ser incorporado por todos os programas da política de prevenção social à criminalidade do Estado de Minas Gerais, assumindo a nova identidade de “Prevenção: É na Base!”. Essa expansão representa um marco relevante dessa iniciativa, reforçando seu potencial como ferramenta transversal de prevenção às violências contra meninas e mulheres.

Em razão da experiência acumulada pelo PMC na execução do projeto, os demais programas têm buscado momentos de aproximação para aprofundar o conhecimento sobre suas metodologias e práticas. Como exemplo, destaca-se o intercâmbio promovido entre o PMC Primeiro de Maio (BH) e o Programa Proteja Minas (Ubá), fomentado pela DCM, que proporcionou a partilha de práticas, desafios e estratégias, ampliando o potencial de replicação qualificada do projeto Prevenção: É na Base!.



Encontro Programa Mediação de Conflitos e Programa Proteja Minas – 21/03/2025

Por fim, conforme destacado na página 12, o número de atendimentos em oficinas segue em expansão, consolidando-se como uma criação de estratégias comunitárias voltadas para a prevenção e o enfrentamento das violências nos territórios. A DCM reforça a importância do acompanhamento contínuo e qualificado das oficinas, com foco na formação, escuta e apoio àsicineiras, garantindo coerência metodológica e sustentação dos impactos.

Entretanto, A DCM manifesta a preocupação com a situação do PMC Justinópolis, que voltou a apresentar dificuldades na implantação das oficinas, repetindo um cenário já observado em 2024. A DCM orienta que seja realizado um acompanhamento próximo, intensivo e propositivo junto à equipe, com vistas à superação dos entraves e à efetivação dessa modalidade de atendimento no território.

No que se refere ao **indicador 1.2**, a DCM corrobora com os resultados apresentados pela OS que registra a média de 3.012 pessoas atendidas no trimestre. Apesar do número expressivo, a meta do indicador não foi alcançada, o que evidencia um desafio na ampliação do alcance do programa junto à população dos territórios.

A DCM destaca que o aumento progressivo do número de pessoas atendidas ao longo desses três meses, como apontado pela OS, não deve ser compreendido como compensação ao não cumprimento da meta pactuada, uma vez que os objetivos desse indicador estão relacionados à capilaridade e à abrangência do programa, buscando alcançar um número cada vez maior de moradores. Nesse sentido, **reforça-se a necessidade de investimentos contínuos e estratégias de aproximação e mobilização comunitária, capazes de expandir o acesso às ações do PMC, diversificar os perfis atendidos e consolidar a presença do programa junto às comunidades de abrangência.**

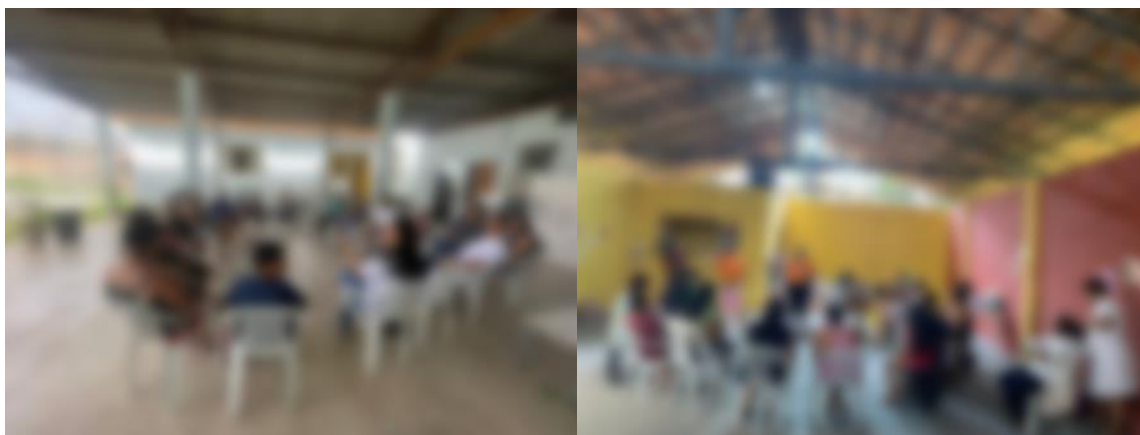
Em relação ao desempenho, destaca-se os PMCs da Vila Pinho, Jardim Felicidade, Jardim Leblon e Taquaril. Os três últimos não atingiram o indicador 1.2 em nenhum dos três meses do período avaliatório analisado. A DCM reitera a necessidade de especial atenção às equipes mencionadas, bem como às demais que se encontram em situação semelhante. O objetivo é implementar estratégias eficazes que promovam melhores resultados no alcance do Programa, garantindo um impacto mais significativo para o público atendido.

O caso do PMC Taquaril merece atenção especial, uma vez que os números registrados ficaram abaixo da metade da meta mensal do trimestre, refletindo um desempenho significativamente inferior ao esperado. Nesse contexto, a ausência de uma oficina no território, desligada no mês de fevereiro, comprometeu uma das principais frentes de captação e atendimento no local. No entanto, a ausência da oficina, ainda que impactante, não pode ser compreendida como fator único ou definitivo, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias complementares de mobilização e atendimento que possibilite o fortalecimento das outras frentes de atendimento e ampliação do alcance do programa nesse território.

Ainda na página 12, a Organização Social (OS) aponta o desafio de coletivizar demandas nos territórios. A DCM reconhece a complexidade desse processo, compreendendo que a mobilização coletiva pode, de fato, ser dificultada em cenários adversos marcados pela violência, onde prevalece o medo, a desconfiança e a fragmentação social. No entanto, observa-se que todas as equipes do Programa Mediação de Conflitos realizaram projetos de prevenção ao longo do período, o que evidencia que, mesmo em contextos desafiadores, é possível fortalecer práticas coletivas a partir de estratégias sensíveis, criativas e territorializadas.

Dessa forma, a DCM reitera a importância de estimular práticas coletivas de atendimento, entendendo-as como fundamentais para o alargamento do impacto do programa, fortalecimento dos vínculos comunitários e ampliação da capilaridade das ações, de modo a consolidar uma atuação participativa e transformadora nos territórios.

Destaca-se, também, o PMC Citrolândia, que alcançou a meta em todos os meses do trimestre, evidenciando um desempenho positivo e consistente ao longo do período. Observa-se uma boa inserção da equipe no território, refletida tanto na procura expressiva por atendimentos individuais, quanto na efetiva mobilização para a construção de atendimentos coletivos. Para exemplificar, destacam-se dois importantes momentos de atuação coletiva promovidos pela equipe: uma ação alusiva ao Dia Mundial da Não Violência e Cultura de Paz celebrado em janeiro, e um projeto de prevenção com foco na violência contra a mulher, que articulou diálogo com a comunidade e fortalecimento de redes locais.



Ações PMC Critrolândia “Dia da não violência e cultura de paz” e Projeto “Cuidado e Poder: Beleza que Protege 2.0”

Por fim, observa-se que algumas oficinas têm apresentado baixa adesão do público-alvo, o que demanda atenção especial. Destacam-se, nesse contexto, as oficinas “Costurando Sonhos” (PMC Carapina), “Favela Trançada” (PMC Morro Alto) e “Dê Vida à Arte” (PMC Jardim Teresópolis), que, apesar de apresentarem propostas relevantes, ainda enfrentam desafios quanto à mobilização e participação comunitária.

A DCM reforça a importância de intensificar os esforços de articulação, mobilização e divulgação no território, de modo a garantir maior engajamento da população e fortalecer a inserção das oficinas como espaços estratégicos de fortalecimento de vínculos e prevenção das violências. **Recomenda-se uma análise mais aprofundada das possíveis barreiras à participação, promovendo ajustes metodológicos que ampliem o alcance e a efetividade dessas ações.**

No que se refere ao **indicador 1.3**, a DCM corrobora com o alcance da meta, reconhecendo o resultado como reflexo do processo contínuo de consolidação da atuação do Programa nos territórios, especialmente no que diz respeito à articulação com as redes comunitárias locais.

No entanto, a DCM manifesta preocupação em relação aos resultados apresentados pelo PMC Jardim Felicidade, Jardim Leblon e Rosaneves, que registraram índices significativamente abaixo do esperado no que se refere às ações com a rede. Destaca-se, em especial, o desempenho do PMC Jardim Felicidade, que vem apresentando uma trajetória de declínio ao longo do trimestre, alcançando, no mês de março, apenas 7 ações com a rede, número que evidencia uma baixa articulação e reduzida capilaridade das ações nesse eixo de atuação.

Esse cenário evidencia a necessidade de revisão das estratégias locais de mobilização e articulação, sinalizando a urgência de medidas que fortaleçam o vínculo com a rede local e ampliem a presença institucional do programa. A DCM orienta que sejam intensificados os esforços para o fortalecimento das parcerias, do diálogo com os equipamentos públicos e comunitários pois compreende que a articulação com a rede é um eixo fundamental do programa enquanto política pública de prevenção social à criminalidade, alicerçada nos princípios da segurança cidadã, sendo, portanto, essencial para a construção de respostas integradas, sustentáveis diante das diferentes expressões da violência.

Na página 12, são apresentadas as diferentes ações desenvolvidas em articulação com a rede, destacando-se a participação da equipe em espaços que discutem temáticas transversais à segurança pública, com o registro de 279 participações, o menor número dentre as outras 3 categorias de ações descritas. A DCM considera esse quantitativo representativo, sobretudo por reconhecer a importância estratégica desses espaços na promoção de debates qualificados sobre prevenção à violência e

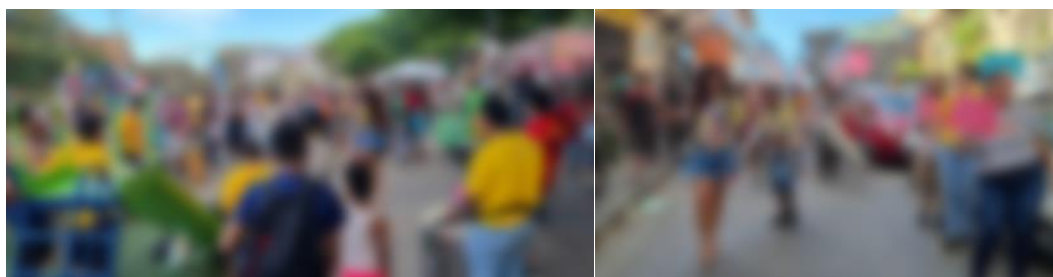
criminalidade, bem como na construção de respostas coletivas, integradas e contextualizadas aos desafios enfrentados nos territórios.

Embora, na página 13, a OS avalie que a participação nesses espaços não demanda grandes investimentos das equipes, por não compor o núcleo central de atuação do PMC, a DCM entende que tais espaços são, justamente, pontos de articulação essenciais e reforça a necessidade de ampliação desses esforços, com maior investimento na criação, consolidação e participação nas instâncias que possibilitem a transversalidade do tema da prevenção nos territórios. A construção de respostas integradas à violência passa, necessariamente, por uma atuação mais presente e articulada nesses espaços de diálogo e pactuação coletiva.

A DCM compartilha da leitura apresentada pela OS quanto à contribuição dos Projetos de Prevenção e do Projeto Institucional para o fortalecimento das articulações com a rede local, reconhecendo que essas frentes de atuação têm potencializado o diálogo, as construções coletivas de prevenção, e ampliado a visibilidade do Programa nos territórios.

No entanto, a DCM identifica a ausência de uma análise mais abrangente e qualificada acerca das demais articulações realizadas com a rede, que não se vinculam diretamente a essas iniciativas específicas. **Nesse sentido, orienta-se que os relatórios futuros aprofundem a leitura sobre a qualidade, diversidade e continuidade dos vínculos estabelecidos com diferentes atores e instituições locais, evidenciando como essas articulações têm contribuído para a construção de estratégias compartilhadas de prevenção à violência, promoção de direitos e fortalecimento do tecido social.**

Destaca-se a ação “Carnaval da Prevenção”, promovida pelo PMC Serra em parceria com a rede local e diversos atores do território. A iniciativa consistiu na formação de um bloco carnavalesco que realizou um cortejo pelas ruas do Aglomerado da Serra, com o objetivo de dar visibilidade à temática da prevenção às violências sexuais contra meninas e mulheres. A ação contou com a parceria de importantes instituições locais, entre elas o Programa Fica Vivo!, equipamentos da assistência social, da saúde, da cultura, além da participação ativa de alunos da Escola Estadual Laura das Chagas, da bateria da Escola de Samba Raio de Sol e da comunidade em geral.



Ação em rede PMC Serra “Carnaval da Proteção” 25/02/2025

Ao todo, aproximadamente 150 pessoas participaram de forma direta do cortejo, demonstrando forte adesão da comunidade e engajamento das redes locais. A DCM reconhece o caráter estratégico dessa mobilização, tanto pelo potencial de sensibilização e conscientização coletiva quanto pela articulação efetiva entre diferentes equipamentos e atores do território. Trata-se de um exemplo relevante de ação preventiva com forte apelo cultural e comunitário, que promove o protagonismo local e fortalece os vínculos entre os moradores e as instituições que compõem a rede de proteção e prevenção.

Área Temática 2 – Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
3.040	3.228	106,18%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
8.740	8.626	98,70%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
28.800	31.641	109,86%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
143	146	102,10%

A Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) valida os elementos apresentados pela OS no RGR, destacando também que este período avaliatório contou com a execução dos projetos de prevenção, com recursos financeiros repassados às UPCs. Consequentemente, a execução desses projetos pode ter demandado tempo e recursos das equipes e oficinairos, impactando na realização das atividades regulares do Fica Vivo!, e alcance das metas em algumas unidades.

Apesar disso, a avaliação preliminar dos Projetos de Prevenção aponta resultados positivos tanto nos territórios quanto para o Programa, alcançando centenas de pessoas e fortalecendo a articulação com a rede parceira. Esses fatores podem ter contribuído para um desempenho superior ao normalmente esperado nos indicadores. Diante disso, **recomenda-se que a OS identifique os fatores que contribuíram para a superação das metas e promova o compartilhamento das estratégias bem-sucedidas entre as UPCs, valorizando e disseminando boas práticas.** É igualmente importante verificar se o aumento quantitativo nos resultados veio acompanhado de melhorias na qualidade e efetividade das ações desenvolvidas pelo Programa.

No primeiro trimestre de 2025, os dados indicam uma atuação significativa, tanto em relação à quantidade de oficinas e atividades realizadas quanto ao alcance do público. Esta análise busca ir além dos dados quantitativos, propondo uma reflexão sobre os impactos sociais e estruturais gerados pelas intervenções do programa, os quais são explorados a seguir a partir de algumas temáticas-chave identificadas para o período.

Territorialidade e Enraizamento Comunitário:

A atuação do Programa Fica Vivo! reforça a importância da inserção territorializada das políticas públicas, uma vez que compreende o território enquanto espaço de disputa simbólica e material – o que confere relevância às ações localizadas que produzem sentido de pertencimento comunitário. O aumento das parcerias com escolas e com as Unidades Básicas de Saúde nos sinaliza a capacidade do programa de articular as redes para o fortalecimento da atuação no território.

Juventudes e Prevenção de Violência Letal:

Os dados quantitativos evidenciam um atendimento extremamente relevante às juventudes, mas é para a sua dimensão qualitativa que chamamos a atenção, onde são ofertadas alternativas reais de cidadania e intervenções potentes que oportunizam às juventudes atendidas um atendimento de qualidade.

Gênero e Interseccionalidade:

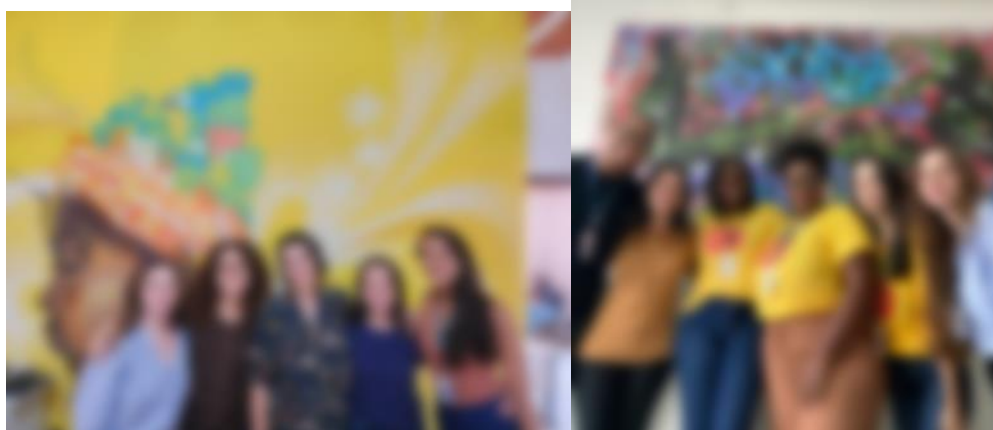
Os dados de participação de jovens mulheres e a realização de ações com enfoque em gênero e raça são destaques importantes, uma vez que a interseccionalidade pode nos apontar que as políticas públicas precisam considerar os múltiplos marcados sociais da diferença, que impactam também sobre as violências.

Assim sendo, os dados e as análises do primeiro trimestre de 2025 nos apontam a forte capacidade de articulação territorial e sensibilidade às especificidades sociais do público foco. Ao ir além dos números, destacam-se os impactos simbólicos, comunitários e subjetivos das ações desenvolvidas, revelando a potência transformadora de uma política que compreende juventudes, territórios e interseccionalidades não como desafios isolados, mas como parâmetros orientadores para intervenções qualificadas.

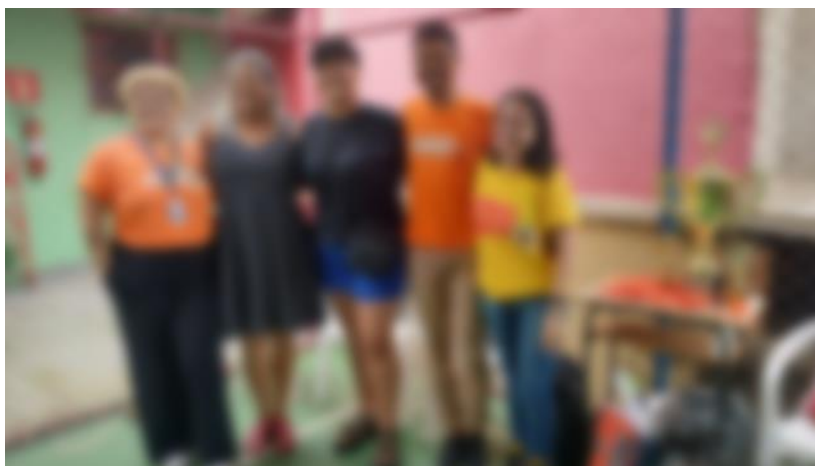
Neste período avaliatório, permaneceu o investimento da diretoria no alinhamento estratégico e articulação interinstitucional, com destaque para as seguintes iniciativas:



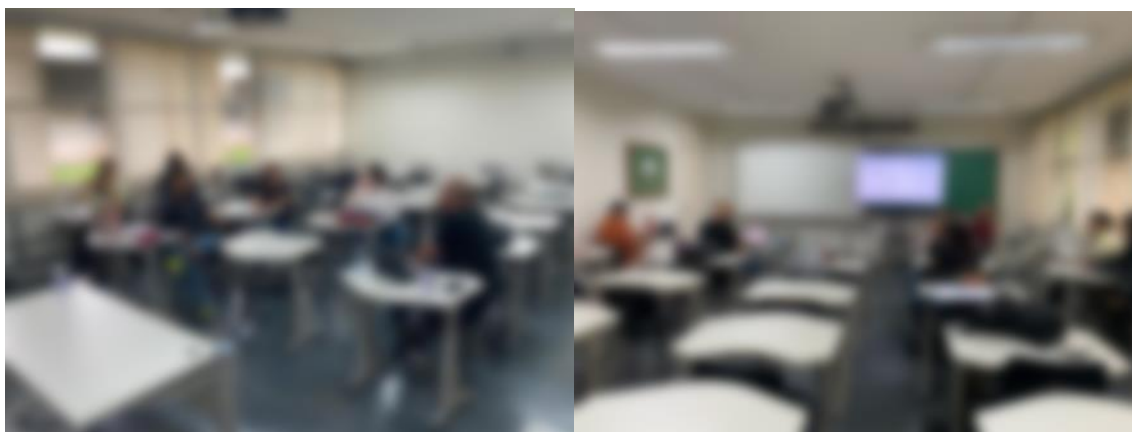
15/01/2025: Participação no evento de lançamento do Programa Proteja Minas



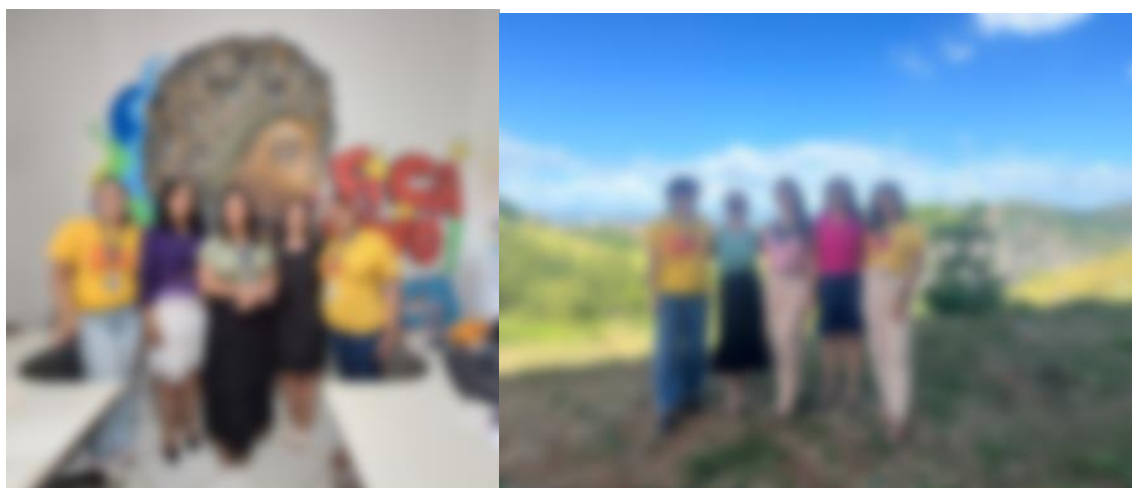
29 e 31/01/2025: Visita às UPCs Vila Pinho e Morro Alto



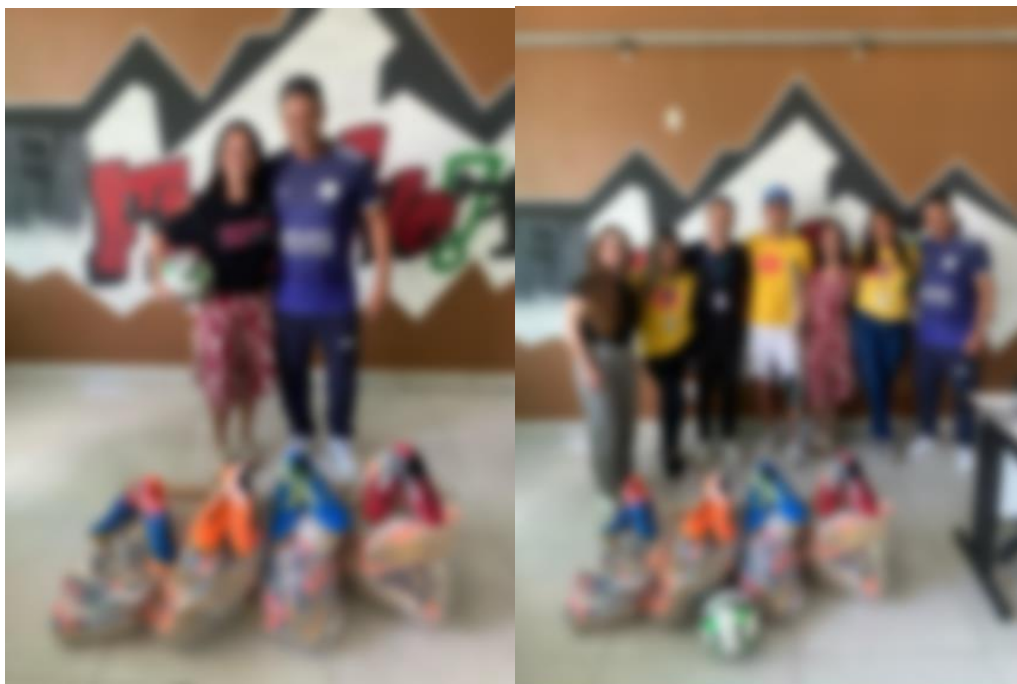
02/02/2025: Participação no Projeto de Prevenção da UPC Santa Lúcia - Gincana da Comunidade em conjunto com o Programa Mediação de Conflitos



22/02/2025 - Iniciado Reuniões Mensais de Revisão do Marco Lógico com Fundação João Pinheiro, Diretoria do Fica Vivo, Supervisão da Prevenção e Gabinete da SUPEC



25 e 26/02/2025: Visita às UPCs de Governador Valadares e Ipatinga



06/03/2025: Parceria com o Neves Esporte Clube para doações de materiais



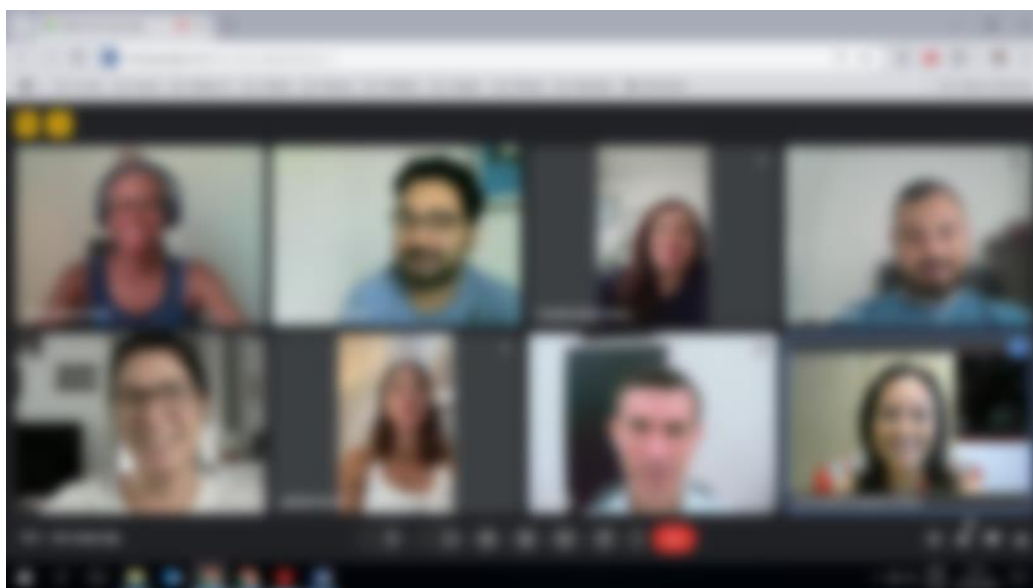
10/03/2025: Café com a Subsecretária de Prevenção Social à Criminalidade e as oficinairas do Programa Mediação de Conflitos e Fica Vivo!



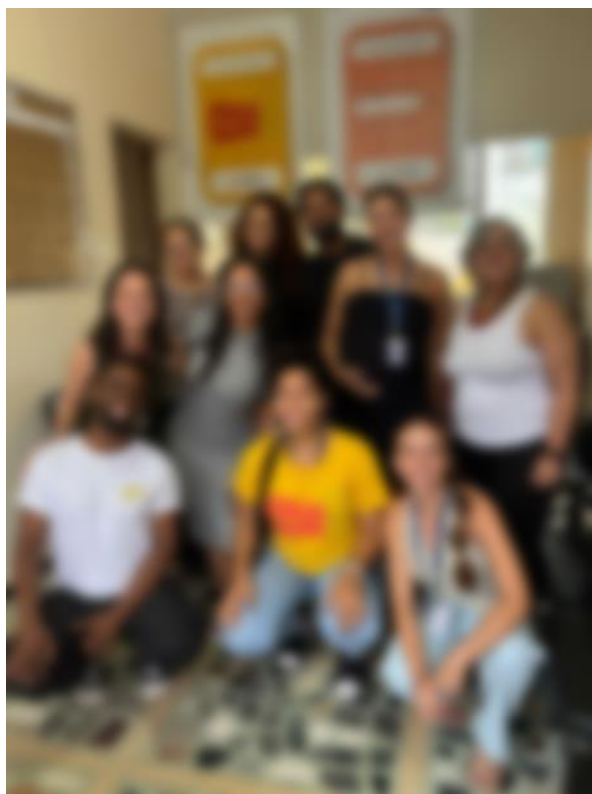
11/03/2025: Reunião SEJUSP e CPC/PMMG



13/03/2025: Participação da Gerência de Proteção Social no Evento Sempre Vivas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais



13/03/2025: Reunião Coordenadores do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte – nesta reunião participaram as coordenações das comissões: Prevenção à Letalidade, Mobilização Juvenil, Saúde, Família e Relações Comunitárias, e Práticas Socioeducativas Antirracistas



13/03/2025: Parceria Fica Vivo e Descubra – visita à UPC PPL



31/03/2025: Participação da Gerência de Proteção Social na aula Inaugural do Projeto Alvorada em parceria com o PRESP

No que se refere ao **indicador 2.1**, destaca-se o desempenho positivo, com superação da meta em 6,18%, demonstrando uma qualificada capacidade de mobilização e execução por parte das equipes e oficinairos. Como ponto de destaque, a UPC Nova Contagem demonstrou habilidades na organização interna, apoio técnico e ampliação estratégica das oficinas. Por outro lado, a UPC Turmalina apresentou dificuldades com locais e parceiros, fatores estes que afetaram a execução das oficinas, no entanto, esforços de readequação estão em andamento. De forma geral, a performance exitosa do indicador sinaliza o

fortalecimento na oferta e continuidade das oficinas, essencial para a criação e manutenção de vínculo com os adolescentes e jovens, bem como a mobilização destes nos territórios.

Por fim, **permanece a orientação para a OS discutir as estratégias adotadas pelas equipes e identificar os desafios a serem superados para o alcance das metas em territórios com resultados aquém do esperado.** As equipes deverão construir estratégias para fortalecer a organização dosicineiros e o alinhamento das ações com as demandas das juventudes.

No que tange ao **indicador 2.2**, com um percentual de 98,70% de alcance da meta, a pequena variação pode ser atribuída a alterações territoriais, como atravessamentos de oficinas desligadas e dificuldades enfrentadas pelo aquecimento da dinâmica social das violências e da criminalidade em alguns territórios.

Enquanto destaque positivo, a UPC Palmital teve uma alta demanda e dedicação por parte dosicineiros. Já na UPC Ressaca, a reestruturação de oficinas impactou um desempenho inferior do previsto, mas encontra-se com ações de retomada por meio de projetos locais e de circulação. O desempenho é bastante próximo da meta e demonstra boa aceitação das oficinas pelos jovens. Estratégias de readequação e escuta ativa das juventudes devem ser mantidas e reforçadas.

Diante disso, **permanece a orientação para a OS discutir o impacto da dinâmica social das violências e criminalidade na participação dos jovens nas oficinas; avaliar as estratégias de ampliação de atendimentos e a importância da promoção do acesso e permanência dos jovens nos espaços de oficinas, considerando as especificidades dos territórios e as demandas das juventudes; e sugerir estratégias para fortalecer o compromisso dosicineiros e promover a participação ativa dos jovens nas oficinas.**

Já o **indicador 2.3** apresentou uma superação da meta em 9,86%, resultado da convergência de diferentes frentes de atuação, como oficinas, projetos locais, ações de circulação e parcerias (inter) institucionais. Os dados demonstram uma ampla e diversificada gama de estratégias de atendimento, o que contribui diretamente para a efetividade do Programa. Com isso, o resultado reforça também a potência do eixo de proteção social, onde a diversificação dos formatos de atendimento contribui para alcançar mais jovens e responder melhor às especificidades dos territórios.

Sobre isso, permanece a orientação para a OS **discutir a importância do investimento, comprometimento e qualificação das intervenções e do acompanhamento das equipes técnicas**, visando otimizar os resultados das UPCs e fortalecer a vinculação entre equipe técnicas e juventudes.

Por fim, sobre o **indicador 2.4**, destaca-se a superação da meta para o trimestre, mesmo com o desligamento de 5 Gestores Sociais da OS, que respondiam por 9 UPCs. No tocante às justificativas para a não realização da reunião ordinária entre UPC e Gepar, permanece a orientação para que seja estabelecido um cronograma anual das reuniões, construído em conjunto com o parceiro, preferencialmente na primeira quinzena do mês. Desta forma, caso haja alguma intercorrência, tem-se mais 15 dias para o reagendamento dentro do mês.

Quanto às reuniões preparatórias para o encontro do GIE, **recomenda-se à OS o treinamento da Supervisão da Prevenção, para assumir esta atribuição no próximo período avaliatório**, uma vez que passam a supervisionar e capacitar a Gestão Social em relação a metodologia do Programa.

Área Temática 3 – Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
585	841	143,76%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
450	308	68,44%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
225	229	101,78%

Tal como citado na introdução do RGR e descrito nos relatórios anteriores, com o fechamento do 25º período avaliatório, conclui-se por parte da SUPEC e OS parceira, a gestão do Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais - Se Liga. Referido programa migra de gestão no mês de abril de 2025 para a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE/SEJUSP, deixando então de ser um programa do rol da pasta da Prevenção à Criminalidade.

Insta salientar que, durante este período de transição, foram tomadas medidas de cautela a fim de não obstar a continuidade na prestação da política pública em tela, partindo-se, ainda, do pressuposto da integração o qual norteia os trabalhos no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

Nesse sentido, foi instituído um Grupo de Trabalho de Transição do Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação, por meio da Portaria publicada em 20/03/2025, com o objetivo de garantir um espaço de interlocução e transferência da competência, entre as duas Subsecretarias, com foco nos direitos fundamentais do público prioritário, sob a égide do Princípio da Prioridade Absoluta, conforme art. 4º do ECA, por se tratar de adolescente em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Além dos pontos sinalizados pela OS, realça-se que mesmo diante dos esforços empreendidos pela SUPEC/Coordenação, no sentido de promover estratégias e ações capazes de minimizar as sequelas deste cenário no alcance das metas, não podemos nos abster em registrar que o presente contexto, especialmente neste derradeiro trimestre, foi impactado drasticamente por repetidas reconfigurações e reduções das equipes técnicas nas unidades regionais. Diante da instabilidade do vínculo dos profissionais com o Se Liga, decorrente do cenário de transição, associado ao início do cumprimento do aviso prévio daqueles que não permanecerão na Política de Prevenção, reverberaram quantitativamente e qualitativamente nas entregas.

No que se refere ao **indicador 3.1**, esta SUPEC coaduna de todos os elementos indicados pela OS na análise da meta e realça-se a título de ampliação das análises o investimento e cuidado das equipes no tocante ao acolhimento; atendimento; encaminhamento e à construção da transição dos acompanhamentos dos adolescentes referenciados aos atuais analistas sociais; superando às expectativas da meta para o referido indicador neste período, mesmo diante da fragilidade do cenário vivenciado.

Em relação aos atendimentos ao público prioritário, cabe salientar que no dia 17/03/2025 foi fomentada por parte desta pasta, uma reunião entre a Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade – SPSC/SUPEC e a Superintendência de Atendimento ao Adolescente – SAAD/SUASE, com o objetivo de transmitir os principais pontos de acompanhamento desta execução, buscando garantir a proteção social dos atendidos pelo Programa neste período de transição institucional da Política de Acompanhamento Pós-MSE. A saber, referente ao indicador 3.1, foram pautados:

- I. A manutenção do recebimento de novos adolescentes egressos até 31/03/2025;
- II. A finalização dos casos em acompanhamento, por decurso de prazo e/ou desvinculação espontânea;
- III. Conclusão e arquivamento dos Planos de Acompanhamento dos Egresso - PAE's;

- IV. Listagem dos adolescentes acompanhados, sinalizando o tempo, contatos e pontos principais de atenção ao acompanhamento, especialmente a indicação dos casos que exigem atenção especial, marcadores de fragilidades e vulnerabilidades junto rede de proteção social.

Para além dos elementos destacados pela OS no tocante ao **indicador 3.2**, é fundamental contextualizar as dificuldades enfrentadas por adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade no acesso a direitos. Esse cenário é agravado pelos processos de criminalização e etiquetamento social, intensificados pelas trajetórias em medidas socioeducativas privativas de liberdade ou restritivas de direitos, o que acentua a fragilidade no vínculo com a rede de proteção social, especialmente no caso dos egressos acompanhados pelo Programa.

Nessa perspectiva, destaca-se para este período avaliatório a representação por parte desta SUPEC/SEJUSP, mais precisamente dos Programas de Acompanhamento às Pessoas Egressas do Sistema Socioeducativo e Penitenciário – Se Liga e PRESP, do Grupo de Trabalho das Políticas Públicas para Adolescentes Trans e Travestis no Sistema Socioeducativo, organizado pelo Ministério Público de Minas Gerais.

Ainda sobre este aspecto, diante do desconhecimento e das dificuldades de acesso e permanência dos adolescentes em outras políticas públicas — além da ausência de reconhecimento, por parte dos egressos das MSEs, dos serviços como integrantes da rede de proteção social —, somado ao atual processo de transição institucional desta política pública, os esforços das equipes têm se concentrado na promoção da inclusão e no fortalecimento dos vínculos desses egressos com as redes de proteção. Esse direcionamento tem sido especialmente relevante nos casos de alta complexidade, ainda que a meta para o período não tenha sido integralmente alcançada. Como mencionado no indicador 3.1; foram pautadas também na reunião de 17/03/2025:

- I. A listagem e mapeamento da rede de proteção social dos adolescentes vinculados ao Se Liga;
- II. A realização de reuniões com a rede parceira para a comunicação da transição de gestão do Programa e reforço sobre a continuidade de execução desta política pública e dos fluxos pactuados, a fim de minimizar os efeitos deste contexto institucional, no acompanhamento dos adolescentes atendidos.

No que tange ao **indicador 3.3**, esta SUPEC corrobora com todos os elementos indicados pela OS e reafirma que as ações vinculadas ao eixo pré-egresso, a fim de despertar o interesse pelo Programa permaneceram com o intuito de ampliar as possibilidades de vinculação futura dos adolescentes ao Se Liga, assim como a manutenção da boa parceria com as Unidades Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais.

Contudo, conforme mencionado nas descrições dos indicadores 3.1 e 3.2, os esforços das equipes do Programa concentraram-se, com maior intensidade, no eixo voltado aos egressos. As ações priorizaram o enfrentamento dos estigmas associados a esse público e a consolidação de redes de proteção parceiras no âmbito do acompanhamento realizado pelo Se Liga. Tais iniciativas buscaram mitigar os impactos gerados pelo atual processo de transição institucional da política pública executada pelo Estado, o que contribuiu para o alcance da meta pactuada no período avaliado.

Área Temática 4 – Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – CEAPA

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
22.428	23.294	103,86%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
75%	73%	97,33%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
1.602	1.429	89,20%

Indicador 4.4 Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
18%	2,87%	627,18%

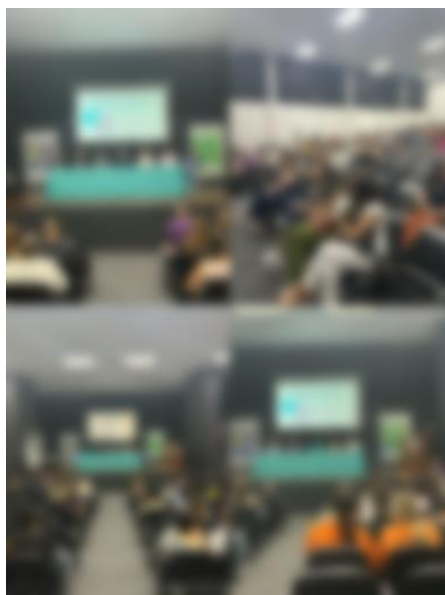
Conforme destacado pela OS, houve continuidade na ampliação das equipes técnicas do Programa. É importante retomar essa informação, uma vez que, como indicado no RGR, houve aumento nas metas dos três indicadores do Programa. No entanto, é necessário esclarecer que o acréscimo nos indicadores 4.1 e 4.2 se refere ao quantitativo geral, já que a meta individual planejada por analista social permaneceu inalterada em relação ao ano anterior, ou seja, de 84 atendimentos e 6 articulações de rede por profissional. Assim, o aumento nas metas decorre diretamente da ampliação da equipe técnica.

Ademais, conforme descrito no Relatório de Gestão de Resultados (RGR), o período analisado contou com a realização de capacitações mensais e introdutórias. Diante disso, mesmo com a reconfiguração dos cargos na OS, **espera-se que a Supervisão de Prevenção mantenha os espaços de capacitação destinados aos analistas sociais e sugere-se a realização de supervisões conjuntas com os gestores sociais, fortalecendo o acompanhamento técnico.** No que tange as capacitações, **propõe-se que a OS apresente as análises na Área Temática 10 e utilize a Área Temática 4 para aprofundar as análises qualitativas do Programa.**

Sobre a execução dos Projetos de Prevenção, destacam-se os municípios que contaram com a participação de representantes da SUPEC: Curvelo, Divinópolis, Belo Horizonte, Santa Luzia e Sete Lagoas.

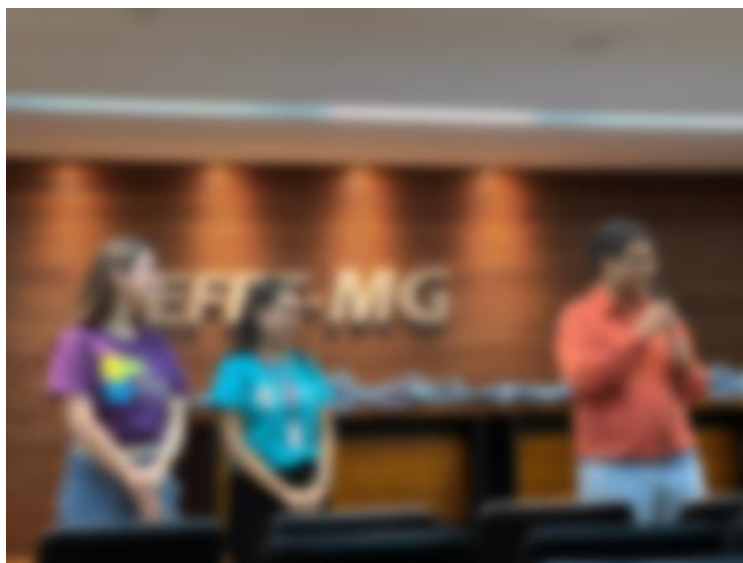


Projeto Prevenção Curvelo e Sete Lagoas



Projeto Prevenção Santa Luzia

Em relação ao Projeto Alvorada II, a aula inaugural realizada em Belo Horizonte contou com a presença da SUPEC. Nesse contexto, **solicita-se que a OS atue de forma ativa no desenvolvimento do Projeto, indo além do processo de inscrição. Espera-se um acompanhamento próximo do público participante, de modo a incentivar a frequência e contribuir para a conclusão do curso.**



Neste trimestre, a SUPEC também manteve sua participação nos espaços promovidos pela Coordenação Nacional de Alternativas Penais. Destaca-se a reunião bimestral cujo tema foi: *"A importância dos Comitês de Políticas Penais para o avanço da Política Estadual de Alternativas Penais e do Plano Estadual de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional – ADPF 347"*.

Conforme registrado no 24º Relatório de Monitoramento, a Diretoria de Alternativas Penais (DAL) também participou do 1º Encontro sobre a Implementação da Resolução nº 425 do CNJ, que abordou o tema *"Proteção Social e Políticas Penais no Âmbito da Pessoa Egressa do Sistema Prisional com Trajetória de Rua"*. Como desdobramento do evento, foi realizada uma roda de conversa no dia 21/01, com a presença de representantes da SUPEC.



Ao iniciar a análise dos indicadores, observa-se que, neste período, a meta foi integralmente alcançada em dois dos quatro indicadores pactuados.

Com relação ao **indicador 4.1**, conforme destacado no 25º RGR, a meta foi superada. A DAL corrobora com a análise apresentada pela OS, mas **reforça as recomendações já registradas no 24º RM, em especial quanto à necessidade de maior consistência nos atendimentos grupais de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e de Medidas Cautelares.**

As unidades de Uberlândia e Contagem continuam se destacando como contribuições significativas para o desempenho positivo do indicador.

No caso de Uberlândia, reitera-se a diretriz já estabelecida pela DAL quanto à necessidade de repactuação do fluxo com o Poder Judiciário no que se refere às Medidas Protetivas de Urgência. Dessa forma, **solicita-se à OS que realize imediatamente essa articulação, por meio da gestão social atuante no município, e inicie a execução de grupos no formato aberto. Essa mesma orientação também se aplica à unidade de Betim.**

Ainda em Uberlândia, também é necessário priorizar a articulação, também já solicitada nos RM's anteriores, de execução dos grupos de Projetos de Execução de Alternativas Penais por tipo de delito cometido (PEAP), via rede parceira.

Em relação à unidade de Contagem, reforça-se a orientação para pactuação junto ao Juizado Especial, de modo que os casos sejam encaminhados na modalidade grupal, preferencialmente com execução por meio da rede parceira. No que diz respeito aos encaminhamentos provenientes da Vara de Violência contra a Mulher, destaca-se que a gestão social foi orientada a repactuar o fluxo, e que a articulação foi bem-sucedida. Com isso, espera-se uma redução da demanda para os próximos meses. Ainda assim, permanece vigente a diretriz de manter cronograma de grupos em modalidade aberta.

Quanto a Barbacena, cabe acrescentar que foi uma das Unidades contempladas com a ampliação da equipe. Logo, espera-se que o direcionamento referente à porta de entrada de medidas cautelares seja efetivado.

Já Araguari e Divinópolis continuam entre os municípios que não atingiram a meta estabelecida. Reitera-se, portanto, a necessidade de potencializar os atendimentos grupais de PSC (inicialização, acompanhamento e finalização) e as medidas cautelares. A DAL corrobora com a avaliação da OS quanto ao desempenho crescente da UPC de Divinópolis nesse indicador, sendo esperado que essa tendência positiva se mantenha nos próximos períodos.

Apesar do RGR não mencionar, Curvelo e Belo Horizonte também permanecem sem superar a meta. Para esta última Unidade, segue a diretriz já emanada: **elaboração de um plano de trabalho para execução de grupos mensais, ou seja, um cronograma para execução de todas as modalidades grupais previstas na metodologia do Programa.**

Além disso, é possível observar que no 25º PA, no mês de fevereiro, a meta não só foi alcançada como superada. Isto posto, **solicita-se que a OS aprofunde na análise para compreender os fatores ocorridos e que contribuíram para o alcance do resultado positivo e assim os repliquem ao longo dos próximos meses.**

É importante ressaltar que permanece pendente a apresentação, por parte da OS, de um levantamento quantitativo dos casos de medidas cautelares que não permitem atendimentos semanais, bem como a indicação das intervenções aplicáveis a essas situações.

Por fim, conforme apresentado no RGR, Ibirité também não alcançou a meta e, com a recomposição da equipe, espera-se a superação deste cenário. Além disso, **sugere-se que a OS apresente um cronograma de execução simultânea de grupos, preferencialmente no formato aberto, considerando que a redução no número de atendimentos pode ter gerado uma demanda represada.**

Quanto ao **indicador 4.2**, conforme apontado no 25º RGR, mais uma vez a meta não foi alcançada. Observa-se que as modalidades de PSC e medidas cautelares continuam apresentando desempenho abaixo do esperado. Diante disso, retoma-se a sugestão do 24º RM, isto é, que **a OS priorize ações voltadas para essas duas modalidades, que, de forma recorrente, não atingem o percentual pactuado.**

Em relação à PSC, orienta-se que a OS implemente as ações mencionadas no RGR: “atuação técnica de intervenções de responsabilização e/ou em vulnerabilidades sociais e riscos criminais, articulações de rede – em volume e constância”. Assim como na medida cautelar, quais sejam: ampliação das modalidades grupais de acompanhamento das cautelares, qualificação do acompanhamento, estreitamento entre as equipes da CEAPA e do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) e maior aproximação com a rede de

proteção social para referenciamento do público atendido. Inclusive, espera-se que no próximo RGR evidencie as justificativas do não estreitamento entre as equipes dos serviços penais (Ceapa e APEC).

A OS destaca que, para superar os resultados negativos, faz-se necessário a atuação de múltiplos atores, contudo, cabe ressaltar que todos fazem parte da referida Organização Social. Isto posto, com a reconfiguração dos cargos, solicita-se que a Supervisão de Prevenção capacite e oriente os gestores sociais nos temas citados no RGR para que a meta seja alcançada (organização do trabalho para execução das diversas frentes, monitoramento mensal com acompanhamento cotidiano e intervenções sequenciais, refinamento de fluxos internos, aprimoramento da logística de protocolo de ofícios, bem como do arquivamento dos instrumentais do Programa). Para além da capacitação e/ou orientação faz-se necessário o acompanhamento sistemático do quadro de gestores.

A DAL sugere como prioritária a capacitação de manuseio da “Planilha de Monitoramento”, para que esta continue sendo devolvida mensalmente para as equipes técnicas, indicando os casos que necessitam de intervenções prioritárias. Cabe mencionar que essa devolução vinha sendo realizada pela Supervisão Metodológica e foi avaliada positivamente pelo grupo. Além disso, permanece a recomendação, já apontada de forma recorrente, da realização de uma capacitação para os analistas com a temática sobre vínculo.

Diante da manutenção do não alcance da meta, espera-se que o próximo RGR aponte as estratégias de organização e os recursos que vêm sendo utilizados para impulsionar os processos de trabalho relacionados a este indicador, conforme relatado pela OS. Essa análise é fundamental para que a SUPEC possa contribuir com um plano de atuação visando a correção deste cenário, como sinalizado no último RM.

Araguari segue como um dos municípios com execução aquém do pactuado, logo reforça-se a diretriz apresentada no 24º RM: considerando que essa unidade possui uma realidade semelhante à de Curvelo, no que se refere à fragilidade nas portas de entrada e ao não alcance da meta de atendimento, **sugere-se que a OS replique o trabalho realizado em Curvelo para que Araguari também consiga superar esse cenário, por meio de processos de monitoramento e atuação junto aos casos ausentes acompanhados tempestivamente, bem como a aplicação de todas as diretrizes para os casos irregulares.**

A DAL solicita um acompanhamento mais qualificado nas Unidades de Ipatinga e Belo Horizonte. Embora não tenham sido citadas no RGR, ambas permanecem com o desempenho aquém do esperado. Inclusive, Ipatinga apresentou uma redução no percentual nos meses de fevereiro e março, portanto, **espera-se que as estratégias que foram adotadas para elevar o índice sejam retomadas.**

No tocante a Unidade de Belo Horizonte, sugere-se que seja feito um diagnóstico quantitativo: total de medidas cautelares encaminhadas, quantas residem na capital e quantas na região metropolitana. Além disso, é necessário qualificar esse diagnóstico, analisando se os indivíduos que não residem em Belo Horizonte de fato descumprem a medida imposta. Simultaneamente, espera-se um estreitamento com a gestão social do Serviço APEC para construção de estratégias conjuntas com o Poder Judiciário, visando a sensibilização do encaminhamento do público para a cidade em que reside. Até que a situação seja concretizada, também se espera que a equipe potencialize o cumprimento da medida cautelar através de uma aproximação com a rede de proteção de cada município.

Por fim, nas unidades pontuadas no RGR como meta superada, fica evidente o ponto em comum nas análises apresentadas pela OS: a realização de grupos abertos (UPCs de Barbacena, Curvelo e Varginha). Isso corrobora a necessidade de iniciar imediatamente essa modalidade em todas as unidades do Programa. Inclusive, a própria OS apresenta essa estratégia como uma possibilidade de superação dos cenários aquém da meta, como em Araguari, Betim e Santa Luzia.

Assim como nos últimos períodos avaliatórios, o **indicador 4.3** - número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio - não teve a meta alcançada.

A DAL corrobora com as análises apresentadas no RGR, inclusive da observância de uma repetição da despriorização das ações de rede, bem como a ausência de organização equilibrada das frentes de

trabalho. Isto posto, **solicita-se que a OS apresente qual estratégia será utilizada para reverter esse cenário recorrente, ou seja, qual ação será realizada para garantir que as ações de rede sejam não só priorizadas, mas executadas pelas equipes.**

Novamente fica evidente que, para o Programa alcançar a meta na Unidade de Belo Horizonte, é necessário seguir progredindo e entregar o resultado esperado. Reitera-se a sugestão apresentada no último RM de construção, apresentação e execução de um cronograma anual para a realização de encontros de rede. Tal sugestão também pode ser aplicada em Ipatinga que, outra vez, não atingiu o objetivo da rede.

Reitera-se a reflexão apontada no último RM, haja vista que novamente a modalidade de rede mais executada foi a visita de monitoramento, contudo, essas visitas não estão impactando positivamente no indicador 4.2. Logo, vale uma análise qualitativa das visitas que vem sendo realizadas. Permanece também a sugestão apresentada em relatórios passados de atualização do catálogo de entidades parceiras, e posteriormente ao diagnóstico a realização de um planejamento para guiar as ações ao longo do ano.

A DAL valida as justificativas apresentadas para as Unidades de Araguari, Montes Claros e Santa Luzia, que lograram êxito, e segue com a expectativa de disseminação das estratégias utilizadas para as demais Unidades. No que tange ao Poder Judiciário, a DAL também respalda a análise da OS e acrescenta, conforme já citado, a necessidade de fortalecimento das medidas cautelares em todas as Unidades do estado.

No que se refere ao **indicador 4.4**, conforme apontado no 25º RGR, a meta foi atingida com êxito no período analisado. Ressalta-se que a incorporação deste indicador decorre de uma das recomendações oriundas do processo de auditoria vivenciado pelo Programa. Trata-se de um indicador de polaridade negativa, ou seja, quanto menor o percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento, melhor o desempenho

Como bem pontuado pela OS, ele objetiva mensurar a quantidade de cumpridores de alternativas penais aguardando encaminhamento, isto é, a quantidade de cumpridores cujo início do cumprimento da alternativa penal esteja pendente. O indicador já estava sendo monitorado internamente pelo programa, em conjunto com a OS, e ao estabelecer a medida de referência foi considerado a inexistência de casos aguardando encaminhamento, pois todo mês são realizadas novas inscrições no Programa e o encaminhamento para o cumprimento não ocorre imediatamente.

A partir da inscrição é necessário um trabalho da equipe envolvendo a análise do caso para viabilizar a indicação do cumprimento da alternativa penal. Esse encaminhamento deve ser realizado com cuidado e de forma qualificada, conforme o princípio da individualização da pena, para fins de favorecer o cumprimento integral. Por sua vez, é importante considerar que o encaminhamento mais célere também favorece melhores resultados. Portanto, a meta buscou considerar o equilíbrio entre esses fatores, chegando ao numerário de 18%.

Diante da análise exitosa no período em análise, espera-se que a OS permaneça com essa entrega nos próximos meses. Sugere-se ainda que não se esgote nos casos superiores a 120 dias, mas que também seja priorizado os casos que estejam aguardando entre o 31º e 119º dia após a inscrição, pois, conforme foi mencionado, o encaminhamento mais célere tende a favorecer o cumprimento integral. Logo, isso poderá auxiliar na busca de superar os resultados aquém da meta no que tange ao indicador 4.2., que mensura o percentual de cumprimento.

Corroborar-se com a análise da OS no que diz respeito ao sucesso das Unidades com relação ao novo indicador, contudo, algumas UPCs ainda apresentaram casos aguardando encaminhamento a mais de 120 dias. Como sinalizado no RGR, essa alternativa penal traz à tona uma inconsistência processual e/ou metodológica e demanda uma intervenção mais focalizada. Isto posto, espera-se que a OS tenha direcionado de maneira imediata esta intervenção para o percentual apresentado.

Registra-se por fim, que a SUPEC foi informada sobre a necessidade de ajuste na fórmula de cálculo do indicador apenas por meio do RGR. Até então, a informação repassada, ainda em março, indicava que não

haveria necessidade de alterações e de um aditamento do Contrato de Gestão. Isso posto, sugere-se a realização de uma reunião entre os parceiros para reavaliar o indicador e discutir possíveis ajustes, seja no denominador da fórmula, ou no tempo de espera considerado como referência. Esse espaço será importante para definir a alteração mais adequada.

Área Temática 5 – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
5.976	5.900	98,73%

Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
80%	86%	107,50%

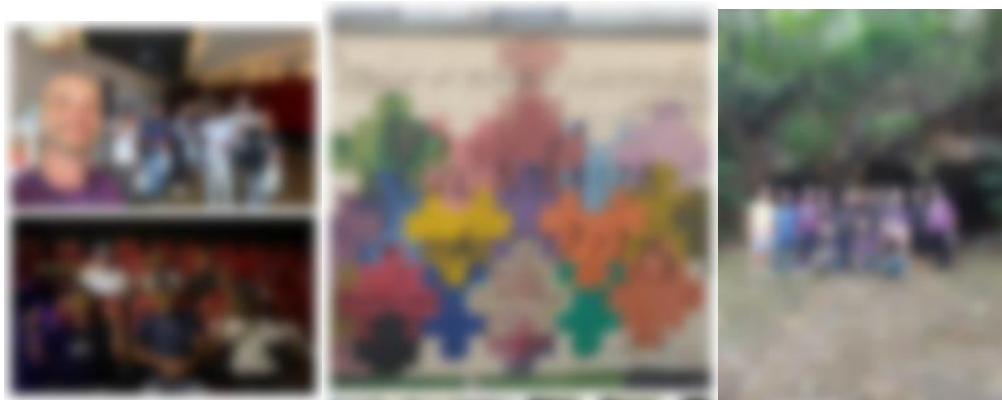
Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
655	700	106,87%

A Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional corrobora com a avaliação apresentada pela OS referente à execução do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) durante o 25º Período Avaliatório.

O Programa atingiu a maioria das metas pactuadas para o período, com exceção do Indicador 5.1. É importante destacar que, houve alterações nas metas previstas para o ano de 2025, especialmente nos municípios que tiveram ampliação das equipes, tais como Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Uberaba, com aumento das metas no último mês do trimestre. Em contrapartida, em Belo Horizonte, houve redução da equipe técnica, que passou de oito para sete analistas após análise estratégica dos desafios apresentados em 2024, implicando na necessidade de ajuste da meta de atendimentos para refletir a nova realidade do município.

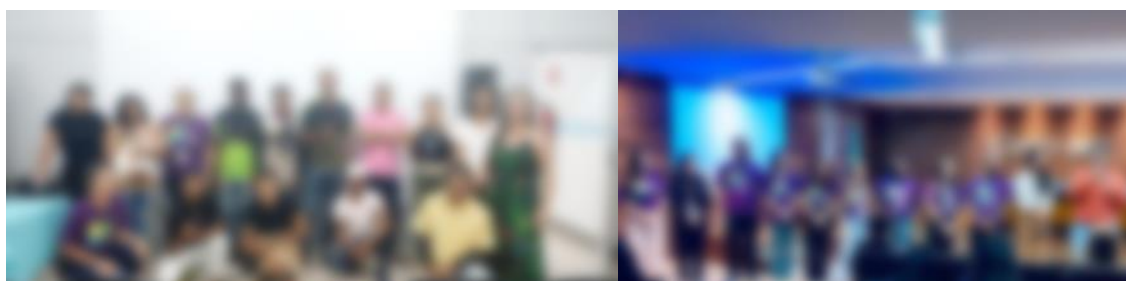
Cabe mencionar que, parte das alterações nas metas para 2025, ocorreu após a tramitação do aditivo do Contrato de Gestão. Assim, para o próximo período avaliatório, serão consideradas a diminuição da meta de atendimentos em Belo Horizonte, em virtude da redução da equipe, e o aumento das metas em Ibirité e Vespasiano, decorrente da ampliação das equipes locais.

Entre os municípios que apresentaram bom desempenho no indicador 5.1, destacam-se Divinópolis, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Juiz de Fora e Vespasiano, que realizaram Projetos de Prevenção contemplando o público-alvo com atividades que promoveram o acesso a espaços de cultura, arte e lazer, bem como a valorização do lugar de fala dos participantes. Tais ações fortaleceram o sentimento de pertencimento, contribuíram para a desconstrução de estigmas e ampliaram o acesso às políticas públicas, reforçando a cidadania dos atendidos. Em especial, destaca-se a abordagem do Projeto Prevenção de Juiz de Fora, que adotou como tema a frase “Nada de nós sem nós”.



Projeto Prevenção – Divinópolis (esquerda), Juiz de Fora (centro) e Vespasiano (direita)

Outro destaque deste período avaliatório foi o início da execução do Projeto Alvorada. Cerca de 90 egressos foram encaminhados para instituições federais, fruto do trabalho das equipes técnicas de Montes Claros, Uberlândia, Belo Horizonte e Região Metropolitana. Os encaminhamentos foram realizados com base em uma análise singular de cada caso, buscando qualificar o processo de inserção. Cabe mencionar que os programas Ceapa, Fica Vivo! e Mediação de Conflitos também encaminharam o público, sendo este um elemento novo do Ciclo II, uma vez que se amplia a oferta para o maior número possível de egressos da Política de Prevenção Social à Criminalidade. **Recomenda-se que a OS mantenha o acompanhamento sistemático dos participantes ao longo dos oito meses de duração do Projeto, realizando atendimentos individuais nas Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC), bem como atendimentos coletivos mensais nas instituições de ensino, a fim de minimizar os índices de evasão do curso e fortalecer a adesão dos egressos.**



Projeto Alvorada - Montes Claros (esquerda) e Belo Horizonte/Região Metropolitana (direita)

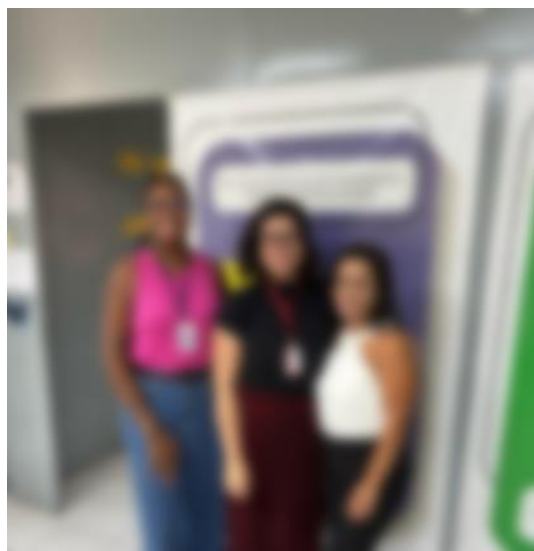
Em Vespasiano, cabe destacar as ações grupais realizadas com o público pré-egresso, como a intervenção cultural alusiva ao Dia Internacional da Mulher, desenvolvida com as mulheres do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade. Além disso, o município apresentou uma importante recuperação no alcance da meta do indicador 5.1 em relação ao período anterior.

No tocante aos municípios que não atingiram as metas pactuadas, a Diretoria de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e a OS se reuniram com parte dos municípios que não alcançaram seus resultados, a fim de dialogar sobre frentes de trabalho importantes que poderão contribuir para a obtenção de novos avanços no próximo período avaliatório. Em Betim, está prevista a execução do “Projeto Construindo Liberdade” na APAC feminina, bem como a continuidade dos grupos reflexivos nas unidades prisionais, o que deverá impulsionar o alcance do indicador estabelecido, recomendando-se, ainda, especial atenção ao fortalecimento do trabalho com o público egresso, para além das ações direcionadas exclusivamente ao público pré-egresso.



Visita da Diretoria e Reunião de Trabalho – Betim

Em Ibirité, discutiu-se a possibilidade de entrada do PrEsp nas unidades do Ceresp Betim e Ceresp Gameleira, considerando que o fechamento do Presídio Regional de Ibirité dificultou o acesso ao público pré-egresso. A proposta visa iniciar atividades coletivas para divulgação do Programa nas unidades prisionais citadas. Ademais o município foi orientado a fortalecer a continuidade dos grupos de acompanhamento dos egressos na UPC.



Visita da Diretoria e Reunião de Trabalho – Ibirité

Já em Ipatinga, o planejamento para o próximo período inclui a execução do Projeto Construindo Liberdade no Presídio de Timóteo, além da articulação com o Presídio de Nova Era para apresentar o Programa aos profissionais da unidade e fomentar o encaminhamento dos egressos para o PrEsp, bem como o fortalecimento de parcerias com comunidades terapêuticas para ampliar o atendimento.

No município de Uberaba, verificou-se uma regressão no desempenho, cenário similar em Santa Luzia. Sobre esse último foi observada regressão no alcance da meta, embora o município tenha se mantido próximo dos índices pactuados, resultado que pode ser atribuído à ampliação da equipe ocorrida ao final de 2024. Cabe mencionar que, neste período avaliatório, os municípios de Uberaba e Ipatinga também

realizaram a execução do Projeto de Prevenção com adesão significativa do público, evidenciando importantes potencialidades a serem consideradas em uma perspectiva de continuidade. Tal desempenho reforça a expectativa de que essas iniciativas contribuam para a superação das metas pactuadas no referido indicador.



Projeto Prevenção – Ipatinga (esquerda) e Uberaba (direita)

Importante chamar a atenção para as mudanças organizacionais da OS para com os cargos da gestão social e supervisão de prevenção. Esta Diretoria reforça a importância da OS fortalecer a supervisão de prevenção e o suporte às equipes técnicas, sobretudo com foco na qualificação dos gestores sociais para garantir a aplicação adequada dos métodos e a excelência na execução das ações do PrEsp.

A despeito do **indicador 5.2**, o desempenho registrado demonstra que a meta pactuada para o trimestre foi superada, assim como ocorreu no último período avaliatório. Todavia, é importante destacar que, diferentemente do período anterior, neste trimestre todos os municípios alcançaram a meta com êxito, além de se registrar a elevação da meta para o ano de 2025.

Nesse contexto, cabe ressaltar que o sucesso dos Projetos de Prevenção e das ações coletivas de circulação mencionadas anteriormente são resultados diretamente ligados ao indicador 5.2, uma vez que a boa adesão do público a essas ofertas demonstram um vínculo previamente construído com o Programa nos espaços de atendimento individualizado. Todas as ofertas realizadas pelo Programa são fundamentadas em uma análise atenta das demandas e interesses apresentados pelo público durante os atendimentos individuais.

Para além desse elemento, o presente período avaliatório se destacou pela intensificação das discussões de caso, que contribuíram de maneira significativa para a qualificação dos acompanhamentos no âmbito individual. Observou-se uma convocação expressiva por parte da rede para a participação do Programa nas discussões de casos acompanhados de forma conjunta, bem como um volume relevante de casos discutidos internamente entre as equipes técnicas, destacando-se, nesse aspecto, a parceria do PrEsp de Uberaba com o Poder Judiciário, tanto nas demandas vinculadas ao Projeto Humanar, que vem qualificando a saída de casos discutidos conjuntamente com a Vara de Execuções Penais, quanto nas demandas relacionadas aos casos de sofrimento mental, referenciados pela Central de Execução de Medidas de Segurança (CEMES).

Em diálogo contínuo com os municípios, esta Diretoria vem reforçando a importância da atualização sistemática dos registros nas planilhas de acompanhamento, bem como da leitura crítica e organizada desses dados, a fim de compreender com maior precisão as demandas e vulnerabilidades do público atendido,

qualificando, assim, as entregas realizadas por cada território. Para o próximo período avaliatório, recomenda-se que a OS considere, na execução do trabalho, a busca ativa do público já inscrito que não retornou ao Programa no ano vigente, de modo que o acionamento para fomentar seu retorno não apresente um lapso temporal expressivo em relação à última vez em que o egresso foi atendido. Ressalta-se a necessidade de que a política pública considere a urgência apresentada pelo público na demanda por intervenções, que desafiam a morosidade característica das políticas públicas, sem, contudo, perder de vista a importância da temporalidade que o acompanhamento apresenta e requer, uma vez que intervir em contextos sociais vulneráveis objetivando minimizar e/ou superar vulnerabilidades é algo complexo e não apresenta uma lógica linear.

No tocante ao **indicador 5.3**, a meta global também foi alcançada com êxito, todavia alguns municípios não apresentaram os resultados esperados. Cabe destacar que, para o ano de 2025, foram realizadas alterações nas metas específicas de cada município. Esta Diretoria percebeu a ausência de justificativas no 25º Relatório de Gestão e Resultados (RGR) quanto ao não cumprimento da meta por parte de alguns municípios, o que compromete a leitura sobre os desafios enfrentados em cada território e dificulta a proposição de intervenções qualificadas. Nesse sentido, espera-se que, para o próximo período a OS compartilhe os desafios locais, de modo a viabilizar a construção de estratégias para a mudança desse cenário.

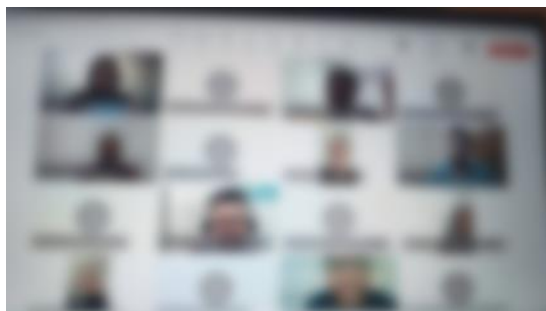
Ademais, é importante salientar que este período foi marcado por articulações de rede estratégicas e significativas promovidas tanto pela OS quanto pela SUPEC. Dentre as principais ações da SUPEC, destacam-se:

- **Comissão Egressos Pop Rua Jus:** participação da Gerência do PrEsp e da Diretoria da CEAPA na roda de conversa promovida pelo Poder Judiciário com base nas práticas restaurativas. O evento, realizado no Instituto de Apoio e Orientação a Pessoas em Situação de Rua (INAPER), teve como objetivo colher reflexões e sugestões para iniciativas voltadas aos egressos em situação de rua;



- **Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional (GMF):** o encontro foi planejado considerando as mudanças na coordenação do GMF, permitindo o compartilhamento de boas práticas do Programa em 2024, a discussão de desafios e a apresentação de propostas de parceria para 2025;
- **Comitê para Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA):** a Diretoria e Gerência do PrEsp esteve ativamente envolvida na construção do plano de ação do CEIMPA, com especial atenção às ações de desinstitucionalização de pacientes judiciários;
- **Parceria SEPLAG:** no primeiro trimestre de 2025, consolidou-se a parceria entre o PrEsp e a SEPLAG para facilitar o encaminhamento do público egresso à emissão da Carteira de Identidade Nacional, superando dificuldades enfrentadas anteriormente;

- **SENAPPEN:** a SUPEC contribuiu oferecendo capacitação sobre o público egresso para municípios que receberam o Projeto Alvorada, mas não dispõem de serviços especializados de atenção a esse público;



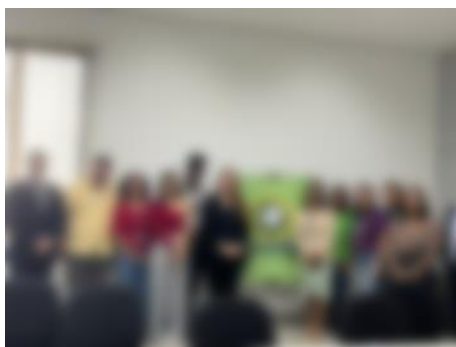
- **SEJUSP:** a visita da comitiva da SEJUSP no município de Divinópolis contou com a presença da Subsecretária de Prevenção Social à Criminalidade e a Gestão Social da UPC pôde acompanhá-la no Presídio Floramar. Essa ação teve como objetivo fortalecer articulação do PrEsp com a unidade prisional;



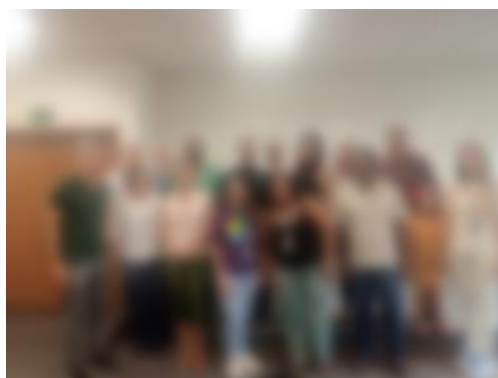
- **RAESP:** a Diretoria do PrEsp participou ativamente das reuniões da RAESP, contribuindo para a retomada do diálogo com o Ministério do Trabalho do Estado, visando ampliar as oportunidades de empregabilidade para o público egresso.

Para além das articulações políticas estratégicas realizadas pela SUPEC, é válido mencionar as ações de rede executadas pela OS, que vêm fortalecendo o reconhecimento municipal da atuação do Programa. As equipes locais protagonizaram discussões importantes nos territórios, destacando-se:

- Uberlândia: foi promovido encontro de rede com a participação da Defensoria Pública, coordenação da saúde mental e consultório na rua, visando aproximação institucional, discussão de casos e criação de fluxos;



- Belo Horizonte: foi realizado um encontro entre docentes do CEFET-MG e representantes do PrEsp, com o objetivo de dialogar sobre as especificidades do público egresso. A iniciativa buscou discutir estratégias que qualifiquem o acesso dessas pessoas à educação e à profissionalização, considerando suas trajetórias e especificidades;



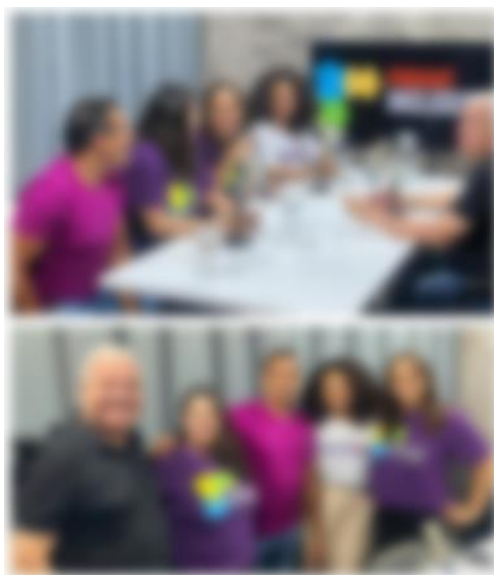
- Contagem: em parceria com a Ceapa foi executado o projeto "Redes - Criminalidade, Prevenção e Inclusão" com o intuito de sensibilizar as instituições da rede para a pauta da Segurança Pública e Inclusão Social, combatendo o estigma em relação aos egressos;



- Betim: ainda em parceria com a Ceapa foi realizado o evento “Fortalecendo Laços, Construindo Segurança”, reunindo diversos atores locais, inclusive a vice-prefeita, para discutir estratégias de fortalecimento da segurança comunitária;



- Sete Lagoas: destaque para a participação no podcast "Inclusive", abordando a inclusão de egressos no mercado de trabalho, com a fala de um assistido relatando o impacto positivo do Programa em sua trajetória.



Por fim, cabe ressaltar a orientação da Diretoria da Supec quanto à importância da aproximação dos municípios com os Conselhos da Comunidade, considerando que esses representam atores relevantes da rede para o acesso ao público. As ações citadas anteriormente demonstram espaços que refletem uma relação de rede consolidada, na qual as conexões com os serviços foram sendo fortalecidas. Nesse sentido, para o próximo período avaliativo, **espera-se que a OS fomente novas articulações de rede, envolvendo atores e setores em que o Programa ainda não é amplamente conhecido.** Para tanto, será necessária uma análise minuciosa dos dados, a fim de identificar quais portas de entrada do Programa estão fortalecidas e quais necessitam de maior investimento.

Área Temática 6 – Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
6	31	516,67%

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica		
Meta	Resultado	Desempenho
525	481	91,62%

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
90	103	114,44%

Como pontuado pela OS, o Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência, parceria com o Funemp/MPMG, no município de Pouso Alegre, finda no final do mês de abril do corrente ano.

Logo, no que tange as ações do Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA), ocorrerá o processo de ampliação metodológica e será incorporado outras modalidades de alternativas penais que passarão a contribuir na área temática 4, a partir do mês de maio.

Já com relação ao Programa Mediação de Conflitos (PMC), a Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) corrobora com os dados apresentados pela OS no RGR reconhecendo a consistência das informações técnicas e operacionais prestadas. No entanto, **reitera que parte das recomendações apontadas em avaliações anteriores, não foi plenamente atendida, especialmente no que diz respeito à análise qualitativa dos impactos observados quanto ao encerramento das atividades do Programa Mediação de Conflitos (PMC).**

Considerando que este se trata do último trimestre do Projeto, esperava-se uma abordagem mais conclusiva e aprofundada sobre os efeitos do encerramento do PMC, tanto sobre os indicadores pactuados quanto sobre os desdobramentos junto ao público atendido. A ausência de uma análise qualitativa que evidenciasse, por exemplo, como o processo de desmobilização impactou os fluxos de atendimento, a rede intersetorial, os territórios de atuação e os vínculos comunitários representa uma limitação na avaliação do trabalho executado.

Entretanto, a DCM reconhece e destaca positivamente o trabalho da equipe técnica e da gestão social da OS na elaboração e entrega do Relatório de Encerramento de Atividades do PMC. Trata-se de um documento robusto, com qualidade técnica, que contribui significativamente para a memória institucional do Programa, que iniciou os trabalhos em dezembro de 2024, trazendo subsídios importantes para reflexões futuras sobre a atuação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento a violência contra meninas e mulheres no município de Pouso Alegre.

Passando à análise dos indicadores, observa-se que no período em análise a meta foi alcançada em dois dos três indicadores pactuados.

Quanto ao **indicador 6.1**, houve a superação da meta (em aproximadamente 516%) alcançando o quantitativo de 31 grupos realizados no trimestre avaliado. É possível visualizar uma redução no quantitativo de grupos realizados no mês de março, mas que não impactou no desempenho do trimestre.

A Diretoria de Alternativas Penais (DAL) corrobora também com a justificativa apresentada pela OS quando cita a implementação bem-sucedida de grupos na modalidade aberta. Os números mostram que tal modalidade possibilita o alcance de resultados expressivos. Portanto, novamente **solicita-se que a OS replique essa modalidade em todas as Unidades do Programa Ceapa, que executam grupos com homens autores de violência contra mulher**. Tal diretriz é necessária pois, conforme apontado no RGR, o grupo aberto é eficaz e ágil do ingresso de novos participantes.

Sobre o **indicador 6.2**, inicialmente, cabe pontuar que diferente do último período avaliatório, a sua meta não foi alcançada.

No que se refere ao Programa Ceapa, de antemão, cabe pontuar que do total dos 481 atendimentos realizados na Unidade, 344 foram realizados pelo Programa. Contudo, não foi suficiente para o alcance da meta (345). A meta interna mensal (de 115 atendimentos) só foi cumprida no mês de fevereiro.

Isto posto, **faz-se necessário corrigir a informação apresentada pela OS que afirma que a variação não comprometeu o alcance das metas estabelecidas para o projeto no âmbito do Programa CEAPA**.

Destaca-se que a justificativa apresentada pela OS no RGR, que atribui o resultado a feriados prolongados e recessos previstos no calendário nacional, é previsível, logo esse fator deve ser considerado no planejamento e estratégias devem ser ajustadas para mitigar o impacto. Além disso, observou-se que ocorreu uma redução no número de atendimentos se comparado ao último trimestre. Esse ponto merece atenção, pois a expectativa é que ocorra o aumento nos próximos meses.

Portanto, para o último mês espera-se uma leitura eficaz do planejamento e execução das atividades objetivando o alcance da meta estabelecida. E novamente solicita-se que a OS sistematize de maneira mais clara as ações realizadas para a transição metodológica do Programa. Uma análise, não só quantitativa, mas também qualitativa, dos atendimentos realizados no âmbito da Ceapa será de fundamental importância.

Já no que se refere ao PMC, a DCM corrobora com a análise da OS que justifica a baixa do número de atendimentos no último trimestre em decorrência da desmobilização das ações realizadas pelo PMC, porém reitera que não qualificou suficientemente as razões do não atingimento da meta, limitando-se à justificativa do encerramento. Faltou, portanto, uma análise mais aprofundada que legitimasse as ações realizadas durante o período avaliatório.

Nesse sentido, a DCM destaca como ponto importante, o perfil do público atendido pelo PMC no período em questão, majoritariamente composto por mulheres (73%), com idade a partir de 25 anos. Dentre essas, 55% se autodeclararam brancas e 45% negras; 73% são mães e aproximadamente 60% possuem renda passível de comprovação formal. Além disso, 95% das pessoas atendidas chegaram ao programa por meio de divulgação institucional. Esses dados evidenciam não apenas a capilaridade da atuação do Programa, mas também a complexidade e diversidade dos contextos que atravessam a temática da violência contra meninas e mulheres. A análise desse perfil demonstra a manutenção e o fortalecimento dos vínculos entre o público atendido e ao mesmo tempo, revela os desafios persistentes em territórios marcados por grandes vulnerabilidades sociais e desigualdades estruturais, também relacionados às questões de gênero.

Ressalta-se ainda que 80% dos atendimentos registrados sob este indicador referem-se à execução de projetos realizados pela equipe técnica.

Nesse sentido, a Diretoria manifesta uma reflexão relacionada a execução do “Projeto Brincar”, dada sua proposta lúdica voltada ao acolhimento de crianças. Entretanto, considerando o perfil das mulheres atendidas, percebe-se que a atividade teve aderência à realidade vivida pelo público prioritário do programa e a decisão assertiva da OS quanto a inclusão da temática de prevenção à violência contra meninas e mulheres no escopo do projeto que se mostrou pertinente.

Reitera-se também, a execução do Projeto “É na Base”, cuja articulação entre a Educação e o PMC em Pouso Alegre demonstrou-se crescente e necessária, fortalecendo a integração intersetorial como eixo estruturante da política de prevenção.

Por outro lado, a execução do Curso de Segurança Pública e Mediação Comunitária para formação de Agentes Comunitários de Segurança merece ressalvas. Embora amplamente discutida com a OS, a atividade revelou um descompasso entre a proposta original — voltada à formação de moradores das áreas de abrangência — e a sua efetiva execução, marcada por um número expressivo de participantes oriundos da rede institucional, em detrimento de referências comunitárias. Entende-se que tal cenário desfocou o objetivo formativo do curso, que previa inicialmente o protagonismo da comunidade local.

Ademais, a expectativa da Supec em relação a este último período avaliatório seria mais bem atendida caso houvesse uma sistematização das ações realizadas na fase de transição e das estratégias utilizadas para mitigar os efeitos da finalização do PMC. Tais elementos são fundamentais para subsidiar uma leitura mais qualificada do trabalho executado e do alcance (ou não) das metas previstas, além de contribuírem para a consolidação de aprendizados institucionais no âmbito das políticas de prevenção social à criminalidade.

Quanto ao **indicador 6.3**, analogamente ao último período, teve a sua meta alcançada.

No que se refere à Ceapa, o número das ações de rede realizadas pelo Programa teve o alcance da meta, sendo das 60 ações previstas foram realizadas 74, e novamente com aumento se comparado ao último período. Logo almeja-se que essa realidade seja mantida durante os próximos meses. Tal desempenho também é esperado para o indicador 6.2.

Destaca-se a necessidade de correção da informação apresentada pela OS: **na página 80, onde se lê: “A meta estabelecida para o indicador de atuação em rede foi integralmente alcançada, com a realização de 103 ações no âmbito do Programa CEAPA”, leia-se “A meta estabelecida para o indicador de atuação em rede foi integralmente alcançada, com a realização de 74 ações no âmbito do Programa CEAPA”.**

O alcance da meta no referido indicador, bem como os apontamentos do RGR demonstra os esforços da equipe para fortalecer a rede de proteção social, a título de exemplo, no último mês do 25º Período avaliatório destaca-se o quantitativo de reuniões realizadas pelo Programa nas áreas da saúde mental e assistência social. A DAL corrobora com a OS que as discussões de caso podem ser ainda mais potencializadas.

Segue ainda a orientação já repassada no último RM, da necessidade de avanço na modalidade de visitas para articulação e construção de fluxos com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais, considerando que a partir de maio terá o aumento do escopo de atuação do Programa.

Sobre o PMC, a DCM corrobora com os dados apresentados pela OS no que tange aos resultados alcançados no indicador referente ao número acumulado de ações junto às redes de proteção social. Como mencionado anteriormente, as ações de desmobilização decorrentes do encerramento do PMC contribuíram para a diminuição gradativa das atividades desenvolvidas pela equipe técnica no atual período avaliatório, porém, não a ponto de haver um comprometimento do alcance do indicador.

É importante ressaltar que, das 29 ações de rede realizadas no respectivo período, 24 referem-se à construção de fluxos, alinhamentos institucionais e à definição de estratégias articuladas de intervenção em fenômenos relacionados à violência e à criminalidade junto à rede de proteção social. Outras 3 ações dizem respeito à participação em comitês, grupos de trabalho ou espaços intersetoriais voltados à discussão de temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária.

Chama atenção, no entanto, a realização de apenas uma ação de discussão de caso com a rede de proteção social (em janeiro) e outra de encaminhamento formal para a rede parceira (em fevereiro). Ainda que tais ações representem dimensões centrais do trabalho de articulação e responsabilização

intersectorial, a DCM avalia a importância destes marcadores para sinalizar a integração do Programa com os equipamentos da rede que compõe o município em um diálogo conclusivo junto ao Programa.

A DCM destaca ainda, o compromisso do PMC com o fortalecimento da rede de proteção no município. Cabe lembrar que, à época da chegada do Programa em dezembro/2024, a rede intersectorial se mostrava incipiente, sendo o PMC uma política pública importante que ao longo do tempo contribuiu significativamente para a mobilização e articulação de atores locais em torno da prevenção social à violência, constituindo um legado memorável para a política pública municipal.

A diretoria conclui que os dados referentes ao último período de execução do Programa Mediação de Conflitos no Projeto Funemp, demonstram que, apesar dos desafios enfrentados com a desmobilização progressiva das atividades, a OS manteve esforços para garantir a continuidade mínima de ações estratégicas no território, especialmente aquelas relacionadas ao fortalecimento de vínculos com a rede de proteção social e à escuta qualificada do público atendido.

Contudo, observam-se lacunas importantes na qualificação dos indicadores avaliados, sobretudo no que diz respeito à sistematização dos impactos do encerramento do Programa e à explicitação das estratégias adotadas para mitigar seus efeitos. A ausência de análise conclusiva sobre o alcance (ou não) das metas do atual período, bem como a escassez de registros sobre os desdobramentos das ações junto à rede de proteção social, limitaram a leitura mais ampla do legado deixado pelo PMC no município.

A DCM reconhece a relevância do trabalho realizado pela OS e enfatiza a importância de que os registros, mesmo em contextos de encerramento, tragam subsídios analíticos que contribuam para a qualificação da leitura de discussões de gênero que pautam a atuação da política pública de prevenção social à criminalidade, em perspectiva comunitária e intersectorial.

À guisa de conclusão, tanto a DAL quanto a DCM espera que a OS esteja próxima as ações de encerramento do Projeto Funemp em Pouso Alegre, previsto para o final de abril de 2025, e que no próximo RGR aponte os elementos de integração entre os dois programas. Além disso, novamente recomenda-se uma análise mais qualitativa do trabalho realizado, permitindo uma compreensão dos impactos e resultados alcançados, para que estas informações possam inclusive constar no relatório de prestação de contas que será apresentado pela Supec/Sejusp ao Funemp/MPMG.

Área Temática 7 – Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1: Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
180	183	101,67%

Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
540	526	97,41%

Indicador nº 7.3: Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho

140	314	224,29%
-----	-----	---------

No tocante ao **indicador 7.1**, a meta foi atingida e ficou dentro do esperado para o trimestre. É importante destacar que, para este período avaliatório, consolidou-se uma mudança metodológica significativa na contabilização deste indicador, priorizando a qualificação das ações. A partir deste trimestre, passaram a ser contabilizadas apenas as ações de articulação efetivamente realizadas em campo ou de forma remota com registro formal — como reuniões e visitas técnicas — sendo excluídas interações informais, via mensagens de aplicativos. Essa mudança metodológica resultou numa diminuição da meta do ano de 2024 para 2025. Entretanto, essa diminuição é um fator positivo, haja vista que ela representa a qualificação das ações realizadas. Essa mudança está alinhada com a busca por maior precisão e contabilização do impacto das ações, contribuindo para uma mensuração mais fiel do trabalho desenvolvido.

RISP 15

Conforme abordado no RGR, no trimestre foram realizadas 102 ações de articulação de rede na RISP 15, contemplando 17 municípios. Para o fortalecimento das ações de articulação de rede na RISP 15 destaca-se a presença da Diretora de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade, responsável pelo Programa Selo Prevenção Minas, junto à Comitativa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, nos municípios de Araçuaí e Itinga, em que na oportunidade foram realizadas reuniões com os municípios contemplados pelo Vale do Lítio (14 municípios) para apresentação do Programa Selo e construção de possíveis parcerias. A realização de uma comitiva da Sejusp em Teófilo Otoni, com a participação da DMC, foi uma oportunidade estratégica para sensibilização da rede parceira local e para o reforço do comprometimento institucional com o programa. A partir dessa mobilização, houve fortalecimento das interlocuções com gestores municipais e regionais, o que influenciou diretamente o número expressivo de articulações realizadas.



Visita de Comitiva da Sejusp aos municípios do Vale do Lítio, em especial no município de Araçuaí em 11/02/2025

RISP 10

Neste trimestre, foram realizadas um total de 81 ações de articulação de rede na RISP 10 contemplando os 23 municípios da região. Nota-se, em comparação ao período anterior, conforme abordado no RGR, uma redução da concentração de ações em Patos de Minas, o que é positivo pois reflete as orientações da Diretoria e Supervisão da Prevenção. Ao analisarmos os trimestres anteriores, observamos que o desempenho deste indicador apresentou variações significativas — em alguns momentos superando amplamente a meta, e em outros, ficando aquém do esperado. Neste ciclo, no entanto, o resultado foi

alcançado de maneira equilibrada e qualificada, alinhando-se à meta estabelecida. A condução da Supervisão da Prevenção merece destaque neste ciclo avaliativo. A atuação da equipe, conforme orientações da Supervisão, demonstrou capacidade de articulação regional, e retomada da capilaridade do Programa nas RISPs, que havia se enfraquecido no último período analisado.

Por fim, destacam-se como recomendações:

- **Manter a estratégia de descentralização das ações de articulação, com atenção ao equilíbrio entre os municípios da RISP;**
- **Priorizar articulações qualificadas, com registros formais e envolvimento multissetorial;**
- **Priorizar articulações que tenham um objetivo claro com as ações do programa, de maneira a construir outras possibilidades de atuação nos municípios da RISP.**

No que se refere ao **indicador 7.2**, ainda que abaixo da meta pactuada, o atingimento de 526 pessoas representa 97,41% do total esperado, o que é altamente positivo. O desempenho expressivo, especialmente na RISP 10, demonstra engajamento das equipes locais e interesse dos municípios nas temáticas propostas, bem como a retomada da capilaridade do Programa nas RISPs, conforme abordado na análise do indicador anterior. No último período havia sido recomendada a retomada das formações fora do município-sede, de maneira a aumentar a capilaridade do Programa nas RISPs, o que aconteceu neste 25ºPA.

A seguir, resumo das ações realizadas:

RISP 10

Janeiro - 2 formações, 29 pessoas participantes:

- Formação para o município de Patos de Minas em prevenção às violências ao público LGBTQIAPN+ com a participação de 9 pessoas.
- Formação para o município de Patos de Minas em prevenção às violências ao público LGBTQIAPN+ com a participação de 20 pessoas.

Fevereiro - 3 formações, 111 pessoas participantes:

- Formação para o município de Patos de Minas em prevenção às violências ao público LGBTQIAPN+ com a participação de 9 pessoas.
- Formação para o município de Varjão de Minas em Segurança Cidadã com a participação de 74 pessoas.
- Formação para o município de Tiros em Segurança Cidadã com a participação de 28 pessoas.

Março - 3 formações, 131 pessoas participantes:

- Formação para o município de Lagoa Grande em Segurança Cidadã com a participação de 18 pessoas.
- Formação para o município de Patos de Minas em prevenção às violências ao público LGBTQIAPN+ com a participação de 11 pessoas.
- Formação para o município de Patrocínio em Segurança Cidadã com a participação de 102 pessoas.

O resultado da RISP 10 foi expressivo, superando a meta estabelecida em 29%, com a participação de 271 pessoas nas formações. Foram realizadas ao total 8 formações, em 5 municípios diferentes. Cabe destacar que, conforme já havia sido indicado em avaliações anteriores, a diversificação temática e a interiorização das ações dentro da RISP eram movimentos necessários e, neste trimestre, essas orientações

foram efetivamente incorporadas. Isso se evidencia na realização de capacitações em cinco municípios distintos, ampliando o alcance territorial das ações. Além disso, foi concluído o ciclo formativo acordado entre a UPC e a Secretaria de Saúde, com foco na qualificação do atendimento à população LGBTQIAPN+ no município de Patos de Minas, conforme pactuado anteriormente. Para colaborar com essa diversificação e retomada das temáticas “raízes” do Programa, conforme abordado no último PA, esta SUPEC realizou, em parceria com a Supervisão da Prevenção, formações basilares para as equipes técnicas do Programa Selo Prevenção Minas.

RISP 15

Janeiro - 3 formações, 31 pessoas participantes:

- Formação para o município de Malacacheta em “Humanização do atendimento e prevenção às violências” com a participação de 14 pessoas
- Formação para o município de Teófilo Otoni em “Humanização do atendimento e prevenção às violências” com a participação de 6 pessoas
- Formação para o município de Teófilo Otoni em “Humanização do atendimento e prevenção às violências” com a participação de 11 pessoas

Fevereiro - 4 formações, 115 pessoas participantes:

- Formação para o município de Poté em Violência Contra a Mulher com a participação de 28 pessoas
- Formação para o município de Itinga em “Humanização do atendimento e prevenção às violências” com a participação de 22 pessoas
- Formação para o município de Novo Oriente de Minas em Violência Contra a Mulher com a participação de 18 pessoas
- Formação para o município de Itaobim em “Humanização do atendimento e prevenção às violências” com a participação de 47 pessoas

Março - 3 formações, 109 pessoas participantes:

- Formação para o município de Fronteira dos Vales em “Prevenção às violências para as juventudes” com a participação de 22 pessoas
- Formação para o município de Araçuaí em “Humanização do atendimento e prevenção às violências” com a participação de 43 pessoas
- Formação para o município de Coronel Murta em “Humanização do atendimento e prevenção às violências” com a participação de 44 pessoas

Conforme abordado no RGR, para a 15ª RISP esperava-se o alcance de 330 pessoas, no entanto, foram alcançadas 255, o que corresponde a 77%. Apesar do não atingimento da meta esse resultado é muito positivo, tendo em vista que foi o primeiro período em que a equipe de fato conseguiu a capilarização do Programa nos municípios, atingindo municípios fora do município-sede.

Apesar do resultado satisfatório de ambas as RISPs, recomenda-se uma maior integração entre o “Em Curso” e as demais estratégias do programa. Essa conexão mais orgânica pode potencializar os resultados e aumentar o vínculo do programa com os municípios, permitindo a realização de ações mais consistentes e estratégicas. Sugere-se, por exemplo, a construção de pequenos “combos” de ações que contemplem capacitações, articulações e mobilizações sociais em um mesmo município, de forma coordenada e coerente com as demandas apresentadas.

A diversificação temática das formações é um avanço importante, pois amplia o leque de atuação do programa. No entanto, é fundamental que essa ampliação venha acompanhada de um diagnóstico mais apurado das realidades municipais, de forma a garantir que os conteúdos formativos estejam diretamente conectados às demandas locais. Isso facilitará a aplicação prática dos conhecimentos e fortalecerá o compromisso dos municípios com a implementação do Selo.

Dessa maneira, destacam-se como recomendações para o próximo PA:

- **Integrar o “Em Curso” a outras ações do programa, promovendo maior articulação entre formações, mobilizações e estratégias institucionais.**
- **Ampliar o uso de diagnósticos locais para definir temas formativos mais conectados às realidades dos municípios.**
- **Incentivar o planejamento de agendas integradas nos municípios, com realização de múltiplas ações no mesmo território para fortalecer vínculos.**
- **Manter a diversidade temática das formações, sempre alinhada às diretrizes da política e aos perfis dos públicos-alvo locais.**
- **Consolidar estratégias de interiorização contínua das formações, reduzindo a concentração em municípios-sede.**

Por fim, o **indicador 7.3** ultrapassou significativamente a meta, atingindo 224,29% do esperado. Embora o alto número de participantes em espaços de participação social demonstre engajamento, é necessário avaliar criticamente esse resultado. A diferença elevada se deve, em grande parte, a uma ação pontual de grande porte no município de Presidente Olegário, que concentrou um número expressivo de participantes. Esse tipo de concentração pode distorcer a leitura do desempenho geral do programa, motivo pelo qual será necessário, no próximo PA, discutir com a equipe estratégias de ações mais equilibradas, com foco em ações regulares e distribuídas. Foram executadas neste PA as seguintes ações de participação social:

RISP 10

Ação de mobilização social no município de São Gonçalo do Abaeté por meio de roda de conversa na temática de violência contra a mulher com a presença de 40 pessoas

- Ação de mobilização social no município de Presidente Olegário por meio de encontro de Formação na temática de Segurança Cidadã com a presença de 143 pessoas.

RISP 15

Fevereiro

- Ação de mobilização social no município de Teófilo Otoni por meio de fórum territorial na temática de prevenção às violências com a presença de 43 pessoas (Projeto de Prevenção - Projeto Sintegra);

Março

- Ação de mobilização social no município de Fronteira dos Vales por meio de roda de conversa na temática de violência contra a mulher com a presença de 15 pessoas;
- Ação de mobilização social no município de Fronteira dos Vales por meio de roda de conversa na temática de violência contra a mulher com a presença de 22 pessoas.

No tocante às Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade:

- CMPC de Patos de Minas: realizada dia 19/02/2025 com a presença de 8 pessoas
- CMPC de Teófilo Otoni: realizada dia 25/03/2025 com a presença de 29 pessoas
- CMPC de São Gotardo: realizada dia 28/03/2025 com a presença de 14 pessoas

Destaca-se ainda, a presença da Diretoria de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade (DCM) em Teófilo Otoni, sendo estratégica para reforçar o diálogo com a gestão municipal, especialmente no contexto da execução do “Eixo Certifica” no município. A articulação direta com a prefeitura contribuiu para o fortalecimento da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade e para a consolidação do programa como política pública local, visto a transição eleitoral que aconteceu do último 24 para o 25 PA. A seguir, o registro fotográfico da visita:



Visita da Diretora de Políticas Comunitárias e Municipais de Prevenção Social à Criminalidade, Cristiane Pereira, em Teófilo Otoni, para reunião de alinhamento com a prefeitura municipal dia 13/02/2025

Com o objetivo de fortalecer o espaço, a Coordenadora do Programa, Vanessa Golgher, participou presencialmente da reunião da CMPC em Teófilo Otoni, reafirmando o compromisso institucional com o município. A presença da coordenação contribuiu para maior legitimidade do processo e alinhamento técnico com os atores locais, conforme imagem a seguir:



Presença da Coordenadora do Programa Selo Prevenção Minas, Vanessa Golgher, na Reunião Comissão Municipal de Prevenção Social à Criminalidade de Teófilo Otoni

No mesmo sentido, em Patos de Minas, a presença da Coordenadora Vanessa Golgher, na Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, foi fundamental para fomentar o fortalecimento institucional do espaço e apoiar a equipe local no avanço da política no município.



Presença da Coordenadora do Programa Selo Prevenção, Vanessa Golgher, na Comissão Municipal de Prevenção a Criminalidade de Patos de Minas

Dessa maneira, destacam-se como recomendações para o próximo PA:

- Reavaliar os critérios de contagem dos participantes em ações de participação social para evitar distorções no indicador;
- Incentivar uma distribuição mais equilibrada das ações nos municípios, evitando concentração excessiva em eventos isolados, bem como fomentar ações de mobilização social que se conectem com outras ações ofertadas pelo programa;
- Manter a participação direta da Coordenação do Programa nas reuniões de CMPCs como estratégia de engajamento institucional;
- Promover ações de mobilização com foco na sustentabilidade das comissões municipais e no fortalecimento da participação social.

Área Temática 8 – Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)

Indicador 8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec		
Meta	Resultado	Desempenho
2.850	3.771	132,32%

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
723	379	52,42%

Essa seção inaugura a primeira análise acerca do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec) e sua execução no período de janeiro a março de 2025. Esse marco é significativo, pois permite uma avaliação mais precisa das atividades executadas, com isso, é possível ajustar estratégias e melhorar continuamente o trabalho realizado.

A Diretoria de Alternativas Penais (DAL) corrobora com os avanços apresentados pela OS na contextualização geral dos indicadores do RGR: uma supervisora de referência para APEC; execução do trabalho contabilizada formalmente com uma área temática no Contrato de Gestão; fortalecimento da atuação do serviço; previsão de ampliação das equipes; cronograma para execução de espaços mensais de capacitação para as equipes e divulgação do trabalho realizado na mídia (<https://www.youtube.com/watch?si=P0nRrazJLrYGC6Dt&v=PQ5p2QrFqaU&feature=youtu.be>).

Além disso, cabe também mencionar a visita realizada pela equipe da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) nas Unidades de Belo Horizonte e Contagem, objetivando um alinhamento do trabalho, inclusive junto aos magistrados:



APEC – Belo Horizonte



APEC - Contagem

Passando à análise dos indicadores, observa-se que no período em análise a meta foi alcançada em apenas um dos dois indicadores pactuados.

Quanto ao **indicador 8.1**, que mede o número acumulado de atendimentos, houve a superação da meta em aproximadamente 32%. Primordialmente, **é fundamental destacar a necessidade de correção no RGR, pois na página 101 o item “Resultado do período avaliatório” está zerado, sendo que foram realizados 3.771 atendimentos.**

Na página supracitada também é necessário realizar a exclusão do seguinte parágrafo: **“No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01/2025 a 31/03/2025 obteve-se um total acumulado de 314 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de 2.850 pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido”, pois não se trata de atividades previstas para a APEC.**

A análise da OS revela que a maioria dos atendimentos realizados estão relacionados aos atendimentos prévios às audiências de custódia, refletindo a eficácia das articulações internas e dos fluxos bem estabelecidos com os demais atores envolvidos na logística das audiências.

Já no tocante aos obstáculos comuns nas Unidades apresentados pela OS, diante do baixo número de atendimentos posteriores às audiências de custódia, cabe mencionar que eles já vêm sendo pontos de intervenção por parte da SUPEC.

Nas visitas supracitadas, tais pautas foram tratadas, como o rodízio dos juízes, liberação das decisões, retorno para as Unidades Prisionais, e foram definidos encaminhamentos para execução pelos gestores sociais. Portanto, sugere-se que a OS acompanhe para garantir a execução de todos eles.

Além disso, a Subsecretaria de Prevenção também se reuniu com o diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), objetivando uma proposta de orientação conjunta para a colaboração e apoio dos policiais penais com o serviço Apec, bem como uma reunião entre a Diretoria e

Coordenação da Polícia Penal da Central de Audiências de Custódia (CEAC) de Belo Horizonte. Portanto, espera-se que para os próximos meses ocorra um aumento no número dos atendimentos.

Ademais, no tocante a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, por parte dos magistrados, orienta-se que a OS qualifique essas informações por meio de um diagnóstico, apresentando o total de audiências realizadas e quantas destas tiveram este tipo de conversão.

Cabe destacar que a superação da meta contou com a contribuição significativa dos três municípios onde o serviço já se encontra em execução: Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia. A ultrapassagem da meta também ocorreu se observarmos a meta pactuada para cada município. Com destaque, como bem apontado pela OS, Uberlândia excedeu o esperado em aproximadamente 176%. Sugere-se que OS identifique possíveis causas para esse aumento, considerando que nos meses iniciais de implantação do Serviço Apec não era essa a realidade apresentada.

Já com relação a Unidade de Contagem, espera-se um acompanhamento mais próximo que será possível com a contratação de um gestor exclusivo, pois observa-se uma redução ao longo dos meses que compõem o período em análise.

No que se refere ao **indicador 8.2**, cabe pontuar que a meta não foi alcançada. Destaca-se também a necessidade de retificação no RGR, pois na página 103 consta o seguinte parágrafo: **“No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01/2025 a 31/03/2025 obteve se um total acumulado de • 314 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 723 • ações, o Programa atingiu o objetivo estabelecido”.** Solicita-se a exclusão da referida informação, pois não se trata de atividades previstas para a APEC.

Apesar do desempenho insatisfatório do referido indicador, como pontuado no RGR, analisando separadamente se observa a superação da meta no município de Uberlândia.

Isto posto, **sugere-se que a OS aprofunde nas hipóteses do não alcance da meta, inclusive na dificuldade de execução por parte dos analistas, pois tal indicador deve contar com a contribuição do cargo da gestão social.** Além disso, outra estratégia que tende a favorecer o alcance numérico diz da realização de encontros de rede, que tendem a beneficiar o trabalho, bem como qualificar a intervenção com os parceiros. Logo, **espera-se que a realidade de execução de encontros de rede em Belo Horizonte se reproduza nos demais serviços.**

Assim como no indicador 8.1, Contagem também apresentou uma redução nas ações de rede durante os meses que compõem o período em análise. Desta forma, reitera-se a necessidade da OS acompanhar tal realidade.

A DAL corrobora com a OS sobre a necessidade de trabalhar de maneira prioritária a temática da rede nos espaços de capacitação para favorecer o alcance da meta, pois o desenvolvimento contínuo tende a reverberar na melhoria da qualidade do trabalho realizado, bem como na organização de forma eficaz para contemplar todas as frentes de trabalho presentes no Serviço APEC.

Por fim, **sugere-se que a OS promova espaços de interlocução entre o Serviço APEC e o Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais, considerando que ambos fazem parte da Política de Alternativas Penais e não estão conseguindo lograr êxito na meta pactuada para as ações de rede.** Essa troca pode favorecer as construções de estratégias conjuntas que poderão impactar positivamente.

A guisa de conclusão, a DAL **recomenda que a OS siga realizando um acompanhamento contínuo e sistemático do trabalho das APEC's, visando garantir a continuidade e eficácia das ações executadas em parceria com o Sistema de Justiça e demais parceiros estratégicos. Isso permitirá fortalecer e consolidar o Serviço, possibilitando a proteção social nas audiências de custódia, além de potencializar o alcance dos resultados esperados.**

Área Temática 9 – Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Indicador 9.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
125	11	8,80%

Este é o primeiro monitoramento do indicador relacionado aos atendimentos realizados no âmbito do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher – Proteja Minas. A inclusão deste indicador representa um avanço expressivo e um marco relevante para a Política de Prevenção Social à Criminalidade em Minas Gerais. Trata-se de um importante passo rumo ao fortalecimento da institucionalidade do Programa, consolidando a prevenção à violência de gênero como uma frente estruturante da política estadual. É, portanto, um momento de grande significado para toda a rede envolvida, um ganho concreto para a política e um motivo de celebração institucional.

O Proteja Minas foi oficialmente inaugurado no Estado de Minas Gerais em 15 de janeiro de 2025. Em Ubá, município piloto para a implantação do Programa, a inauguração oficial se deu no mês de março, com a realização de dois eventos: o “Café com a Rede de Proteção à Mulher”, realizado em 7 de março, que contou com a presença do prefeito de Ubá e da Subsecretária de Prevenção à Criminalidade, Christiana Dornas; e o evento público de lançamento, realizado na rua em frente à sede da Unidade de Prevenção à Criminalidade, com a participação de mais de 90 pessoas, representantes de diversos órgãos governamentais e da própria Subsecretaria, marcando de forma simbólica e concreta o início das atividades do Programa no município. Na oportunidade, foram realizadas reuniões presenciais com a equipe técnica e a Superintendente Flávia Mendes e a Diretora da DCM Cristiane Pereira para o fortalecimento do trabalho:



Evento de lançamento estadual do Proteja Minas dia 15 de janeiro de 2025



Café com a rede de proteção à mulher de Ubá na UPC com visita guiada dia 7 de março de 2025



Evento de inauguração da UPC de Ubá dia 8 de março de 2025

Ressalta-se que a implementação do Proteja Minas se dá em caráter piloto, o que implica, naturalmente, a existência de desafios operacionais, ajustes metodológicos e oscilações nos resultados alcançados. O não alcance de determinados indicadores neste primeiro ciclo é compreendido como parte esperada do processo de implantação, devendo ser analisado à luz do contexto de experimentação e estruturação progressiva do Programa. O compromisso com o aperfeiçoamento contínuo e com a consolidação metodológica é o que guiará, coletivamente, os próximos passos desta política inovadora.

Nesse sentido, a DCM manifesta consonância com a análise realizada pela OS, no que se refere aos resultados alcançados e aos esforços empreendidos pela equipe técnica na implementação de atendimentos individuais com foco na prevenção e enfrentamento à violência de gênero, desde o início da execução do Programa. Reconhece-se, ainda, o empenho da equipe, composta pela supervisão da prevenção, analistas e gestão social, na articulação de ações de divulgação institucional, fortalecimento de parcerias locais e legitimação da atuação do Programa Proteja Minas no município de Ubá.

Contudo, compreende também que o não alcance das metas para este indicador se justifica pela inadimplência parcial no cumprimento do cronograma de execução, por motivos alheios a gerência da OS e que impactou negativamente na organização das entregas subsequentes previstas para o período avaliatório. Tal fato demanda da OS maior capacidade de gestão e proatividade no enfrentamento de imprevistos, sem prejuízo das metas quantitativas e qualitativas estabelecidas, com ênfase nas ações coletivas, as quais representam mais de 80% da meta do respectivo indicador.

Embora o número de atendimentos individuais tenha sido superado, **observou-se a ausência de ações coletivas em consonância com a metodologia do Programa, comprometendo a integração comunitária e a articulação em rede prevista para o primeiro trimestre de atuação, conforme pactuado no Contrato de Gestão 02/2019.**

As justificativas apresentadas pela OS no RGR para o não cumprimento dos atendimentos coletivos faz menção a fatores externos e readequação de cronograma, sem, no entanto, fornecer detalhamento técnico que permita avaliação fundamentada da pertinência das ações implementadas e das medidas de correção adotadas.

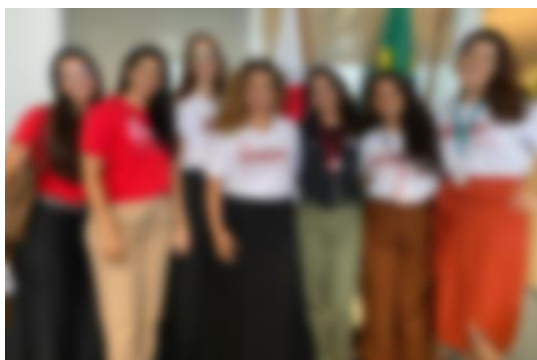
Ademais, observa-se que a OS executou duas atividades que, sob a ótica metodológica, configuram-se como ações coletivas: (i) atividade realizada na Escola Estadual Padre Joãozinho no dia 13/03, com 40 alunos; e (ii) palestra conduzida pela Gestão Social no dia 18/03 no evento “Mulheres na Política”, promovido pela rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Ubá. Ambas as iniciativas demonstram potencial para compor o indicador de atendimentos coletivos, mas não foram devidamente computadas em função do não preenchimento das listas de presença, revelando falha nos mecanismos de registro e sistematização de dados.

Com vistas à melhoria da gestão técnica e do monitoramento, a DCM recomenda, para o próximo PA:

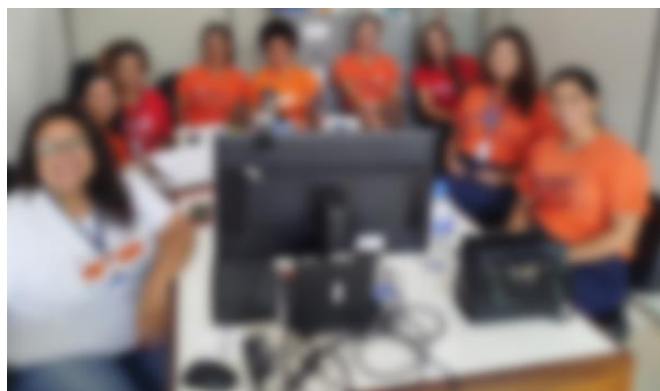
- a) Apresentação de cronograma trimestral das ações a serem executadas no município, com base na metodologia do Programa e com foco nos atendimentos coletivos;
- b) Envio sistemático de fontes de comprovação de ações coletivas.

A DCM enaltece o papel da Supervisão da Prevenção neste primeiro trimestre, destacando sua atuação atenta, presente e comprometida com a consolidação do Proteja Minas em sua fase inicial. Merecem destaque as capacitações metodológicas conduzidas pela Supervisão, que contribuíram significativamente para o alinhamento técnico das equipes e o fortalecimento da prática em campo, além do esforço constante de acompanhamento próximo, que tem sido essencial para apoiar a equipe técnica local diante dos desafios enfrentados.

Para fortalecer o trabalho da equipe técnica, a DCM, por meio da Coordenação do Programa, em parceria com a Supervisão da Prevenção, realizou diversas ações, sobretudo durante o mês de março, com destaque para a agenda imersiva proposta para a equipe de Ubá no município de Belo Horizonte, onde ocorreria uma capacitação presencial e também visita técnica a uma Unidade de Prevenção à Criminalidade para apropriação metodológica do “É na Base”, de maneira a replicá-lo no município. Dessa maneira, **recomenda-se para o próximo período o início das ações do “É na Base” no município de Ubá em parceria com as escolas locais.**



Capacitação presencial com a Coordenação do Proteja Minas



Visita Técnica à UPC Primeiro de Maio: intercâmbio com a equipe do Programa Mediação de Conflitos

Por fim, é fundamental reconhecer que este é um período piloto de implementação do Programa Proteja Minas, o que naturalmente exige ajustes, aprendizados e esforços contínuos de todas as partes envolvidas. O êxito do programa depende da corresponsabilidade entre Estado, Organização Social e rede local, e é imperativo que todos os atores se empenham não apenas no cumprimento das metas, mas no desenvolvimento de uma metodologia sólida.

Área Temática 10 – Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política

Indicador 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
91	-	-

Indicador 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
203	-	-

Indicador 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
45	-	-

Indicador 10.4. Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)		
Meta	Resultado	Desempenho
2,5%	2,80%	89,29%

Quanto a Área Temática 10 - Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade, voltados à mensuração do trabalho realizado pelas supervisões da gestão e metodológica, vale mencionar que a reestruturação de cargos e funções estratégicos do Instituto Elo impossibilitou a mensuração dos indicadores 10.1, 10.2 e 10.3, visto que, com a implantação do cargo único de supervisor da prevenção no mês de março, extinguiu-se os cargos de supervisor metodológico e de supervisor da gestão. Ressalta-se que será necessário um aditamento do Contrato de Gestão para correção da cartela de indicadores e readequar ao contexto atual da estrutura de cargos contratados para a presente parceria. Portanto, diante desse cenário, a **OS solicitou que os três indicadores não fossem contabilizados para fins de apuração da nota no 25º Período Avaliatório até que o Programa de Trabalho seja readequado.**

Nesse sentido, a Comissão de Monitoramento não encontra óbice à desconsideração dos indicadores, haja vista que a Supec acompanhou todo o processo de alteração de cargos junto à OS parceira, validando o novo formato para o Contrato de Gestão. Portanto, a pauta será levada para votação dos membros da Comissão de Avaliação.

No que se refere ao **indicador 10.4**, este também é um novo indicador na cartela do Programa de Trabalho. Conforme apontado pela OS, fez-se necessário um esclarecimento junto a Comissão de Monitoramento no tocante a fórmula de cálculo, posto que houve uma interpretação dúbia em relação ao denominador da fórmula. Dessa maneira, no próximo aditamento **esse parâmetro será revisado para fins de aprimoramento e correção do indicador, tanto a descrição quanto a fórmula.** Isso posto, conforme já foi apontado ao longo deste relatório, o 25º PA foi marcado por uma reestruturação de cargos, fato que interferiu diretamente nos números de rescisões de contrato de trabalho.

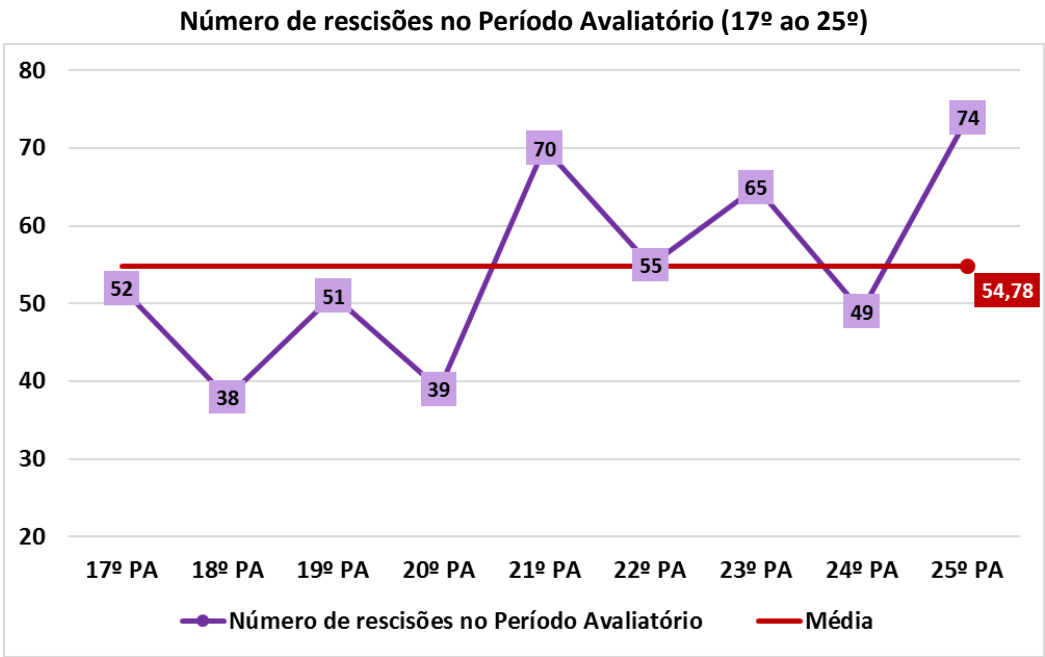
Adicionalmente, **é necessário retificar o resultado do indicador apresentado no RGR. A OS parceira reportou uma taxa de rotatividade de pessoal de 2,50%, no entanto, ao conferir os números dos processos**

na checagem amostral, a Comissão de Monitoramento verificou que o número total de rescisões no período avaliatório foi de 56 e não 48, conforme ilustrado na página 115 do RGR.

Diante disto, o resultado do indicador se altera para 2,80%, concluindo pelo desempenho de 89,29% da meta pactuada.

Turnover Instituto Elo										
Mês	Total de funcionários	Admitidos	Demitidos	Indicador	Período Avaliatório	Soma Admissões	Soma Demissões	Nº total de funcionários no PA	(Soma adm e demi)/2	Indicador
Janeiro	529	9	15	2,27%	25°	33	56	1592	44,5	2,80%
Fevereiro	533	13	18	2,91%						
Março	530	11	23	3,21%						

Por fim, é importante rememorar que o indicador 10.4 foi pensado diante da preocupação da Comissão de Monitoramento frente à rotatividade elevada entre os profissionais que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade, verificados nos processos de checagem amostral durante os anos de 2023 e 2024, tal como demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração Própria

O alto número de rescisões trabalhistas registradas entre o 17º e o 25º Período Avaliatório evidencia uma tendência de alta rotatividade de profissionais na OS. Percebe-se que a partir do 21º PA, apenas o 24º PA ficou abaixo da média, considerando apenas os anos de 2024 e 2025. Apesar de quedas pontuais, como no 20º (39 rescisões) e no 24º PA (49 rescisões), o comportamento oscilante do indicador reforça a instabilidade na retenção de colaboradores. Esses dados **sugerem a necessidade de uma análise mais aprofundada das causas da rotatividade, como condições de trabalho, gestão de pessoas e estratégias de engajamento, a fim de desenvolver ações efetivas para mitigar o problema e promover maior estabilidade no quadro funcional.**

Área Temática 11 – Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 11.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
66	66	100%

Indicador 11.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
6	6	100%

No que tange aos dois indicadores da Área Temática 11, destaca-se que ambos alcançaram a meta, ou seja, tanto os Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial quanto os Relatórios de Gestão dos Programas Selo Prevenção e do Programa Se Liga foram entregues dentro do prazo. Referidos documentos estão à disposição dos membros da Comissão de Avaliação para análise e conferência.

Área Temática 12 – Gestão da Parceria

Indicador 12.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

Indicador 12.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Na área temática 12, acerca do **indicador 12.1**, informa-se que este procedimento, previsto no Decreto Estadual nº 47.553/18, foi integralmente realizado pela Comissão de Monitoramento, cujos processos já podem ser acessados de forma virtual. Foram verificados 148 processos, alcançando 100% de conformidade após a realização da checagem de efetividade, concluída em 19/05/2025.

Já o **indicador 12.2** será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação.

Área Temática 13 – Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais

Indicador 13.1 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
-	-	-

Embora o recente indicador 13.1 tenha mensuração anual, as equipes dos programas de base territorial são orientadas ao acompanhamento cotidiano e mensal dos homicídios, tendo sempre como referência a descrição do indicador, bem como a correspondência ao mesmo período do ano anterior.

Neste trimestre, importante destacar que, dentro da faixa etária e nas áreas de atuação do Programas, houve a redução de homicídios em 8%, contudo, de maneira geral os números permanecem elevados. Algumas áreas da capital carecem atenção, tais como Morro das Pedras, Taquaril e Santa Lúcia, correspondente ao 22º Batalhão da PM. Assim a Supec tem investido em várias articulações institucionais e junto a Polícia Militar para fins de fortalecer a parceria e ações conjuntas, haja vista que o trabalho da prevenção se torna muito desafiador quando os territórios estão com a dinâmica criminal acentuada.

Ademais, para estes territórios tem sido feito uma leitura se de fato as organizações criminosas têm tido um impacto para ocasionar nova forma de organização da dinâmica criminal.

Acrescenta-se que o maior número de homicídios monitorados nas áreas da prevenção, no primeiro trimestre de 2025, estão localizados na região do Veneza, no município de Ribeirão das Neves, com oito homicídios consumados. Diante disto, a nova Unidade de Prevenção à Criminalidade foi reinaugurada em novo espaço para propiciar um melhor atendimento, bem como favorecer o acesso da população, e com isto reverberar em efetivas ações que possam contribuir e alterar o cenário criminal.

Por fim, a Supec destaca que em razão do monitoramento contínuo dos homicídios, tem atualizado os diagnósticos de implantação de unidades de prevenção no estado, e diante disto apresentou ao Ministério Público/Compór as novas realidades dos municípios, para que a administração pública estadual possa implantar futuros serviços onde os dados se mostram mais relevantes.

3. COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
1	Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade	1.1	Implantação de UPC de abrangência regional (Ubá)	5	5 meses e 15 dias após a viabilização pelo município	28/03/2025 – validação SUPEC	Aprovado
2	Diagnósticos	2.2	Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência territorial – Contagem	5	5 meses e 15 dias a partir da implantação da UPC	25/03/2025 – validação SUPEC	Aprovado
3	Aprimoramento e avaliação da Política de Prevenção Social à Criminalidade	3.2	Desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	7	31/03/2025	Não foi entregue dentro do prazo	Não Aprovado

Quando ao **Produto 1.1 - Implantação de UPC de abrangência regional (Ubá)**, o Programa Proteja Minas foi oficialmente inaugurado em Minas Gerais em 15 de janeiro de 2025, e o município diagnosticado para o projeto piloto foi Ubá. Nesse contexto, a implantação da Unidade contou com dois eventos simbólicos: o “*Café com a Rede de Proteção à Mulher*”, em 7 de março, e um evento público realizado no dia 8 de março em frente à UPC, reunindo mais de 90 participantes, entre autoridades e representantes de órgãos governamentais, marcando o início das atividades no município. Desse modo, ressalta-se a excelência da entrega realizada pela OS, que implantou a UPC de forma célere e eficaz.

No que se refere ao **Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência territorial – Contagem**, o documento consolidou as informações - dados primários, coletados pela equipe local, e secundários, provenientes de fontes oficiais - sobre o município de Contagem, com foco na área do Estrela Dalva, para apoiar a implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC). Destaca-se também a qualidade e robustez do documento entregue pela OS, que estruturou as informações de forma clara e objetiva, sendo o documento produzido pela equipe em um contexto desafiador.

Por fim, sobre o **Produto 3.2 - Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade** - a OS informou o status de "aprovado" no RGR, ao passo que a descrição relata as dificuldades enfrentadas e o real planejamento da entrega, o que se mostra incoerente. Além disso, a fonte de comprovação pactuada é o módulo do sistema entregue e em funcionamento, o que ainda não ocorreu. Apesar dos esforços conjuntos entre OS e OEP para priorizar essa importante entrega, o produto não foi realizado no prazo pactuado, portanto, não sendo considerado cumprido para fins de contabilização de meta.

4. RETIFICAÇÕES DO RELATÓRIO GERENCIAL DE RESULTADOS

Devido ao alto número de equívocos nos dados apresentados no RGR, descrevemos abaixo, de modo sistematizado, àqueles que tem informações divergentes ao longo da descrição e da análise em tabela. Contudo, após conferência dos resultados dos indicadores, aferiu-se que os mesmos estão em conformidade com àqueles monitorados pela Assessoria de Gestão da Informação da SUPEC, não havendo alteração nos respectivos resultados:

- Na página 7, na *Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas*, o indicador 2.4 a meta e o resultado obtido estão invertidos, ou seja, a meta é 143 e o resultado é 146;
- Na página 10, consta a realização de 17.911 atendimentos ao longo do trimestre, mas o número correto é 17.908 atendimentos;
- Ainda na página 10, a OS menciona, em dois momentos distintos, a existência de gráficos que ilustram, respectivamente, o alcance da meta de atendimentos no trimestre (indicando 104% de cumprimento), e as mudanças no perfil dos atendimentos ao longo do ano. Entretanto, os referidos gráficos não foram inseridos no documento. **A Comissão de Monitoramento solicita que a OS inclua os gráficos mencionados, a fim de assegurar a visualização adequada dos dados.**
- Na página 12, a OS menciona a existência de um gráfico ilustrativo para subsidiar a análise da estabilidade das ações desenvolvidas em articulação com a rede, em comparação ao mesmo período do ano anterior. No entanto, o referido gráfico não foi apresentado no documento.
- Na página 15, na *Tabela 3 - Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC*, no somatório total consta o número 17.911, mas o valor

correto é 17.908. O erro está no total de atendimentos registrados pelo **PMC Rosaneves**, onde se lê 354 atendimentos, o número correto é 351;

- Na página 18, *Tabela 4 - Distribuição da média mensal por UPC*, no somatório total consta o número 9.038, mas o valor correto é 3.012, visto que cálculo não é acumulado, e sim a média. Além disso, o somatório está incorreto, a soma seria 9.036;
- Na página 20, na *Tabela 5 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social*, consta 3.772, mas a soma correta é 3.770;
- Na página 24, na *Tabela 6 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!*, consta 807, mas a soma correta é 3.228;
- Na página 26, na *Tabela 7 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!*, consta 2.157, mas a soma correta é 8.626;
- Na página 52, na *Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA*, consta 23.319, mas a soma correta é 23.294;
- Na página 59, na *Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio*, consta 1.432, mas a soma correta é 1.429;
- Na página 63, na *Tabela 13 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório*, **recomenda-se padronizar as casas decimais dos resultados, ou seja, adotar o mesmo número de casas decimais apresentadas ao longo do relatório**. Neste caso, o resultado apresentado na tabela deveria ser 2.87% e não 3%. A Comissão de Monitoramento recomenda adotar duas casas decimais de precisão;
- Na página 65, consta que o indicador 5.1 alcançou 100,1% da meta, mas o correto é que o indicador não alcançou a meta e apresentou um desempenho de 98,73%;
- Na página 66, na *Tabela 14 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESF*, consta 5.903, mas a soma correta é 5.900;
- Na página 90 é inserido que, a respeito do indicador 7.1, o programa atingiu “83,85% do objetivo estabelecido”, entretanto, o cálculo está equivocado, haja vista que de 180 ações o programa atingiu 183, o que representa **101,67%** do objetivo estabelecido.
- Na página 101, consta no resultado do período avaliatório o número 0, mas o número correto é 3.771.

Isto posto, a Comissão de Monitoramento reforça a **recomendação para que a Organização Social aprimore a revisão do conteúdo do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) para que não haja tantos erros materiais que acabam por fragilizar a confiabilidade nos dados apresentados pelo Instituto ELO, além de demonstrar falta de revisão na entrega final.**

5. VISITAS DE MONITORAMENTO NAS UNIDADES DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

A Comissão Supervisora do Contrato de Gestão e demais servidoras da Supec iniciaram neste período avaliatório as visitas de monitoramento nas sedes das Unidades de Prevenção à Criminalidade do estado para avaliação da gestão estrutural, atualmente realizada pela OS parceira.

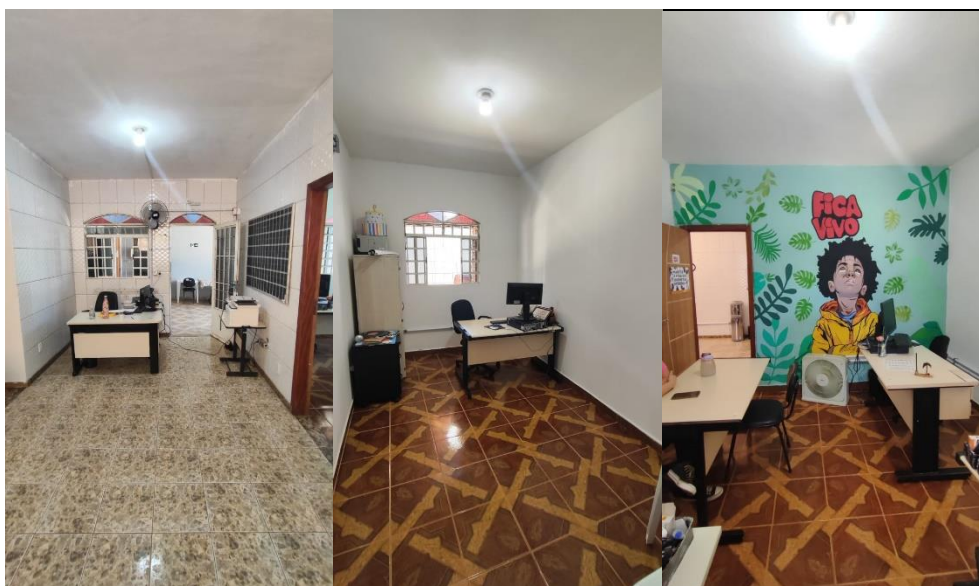
Foram visitadas as Unidades do Veneza e Sevilha/Rosa Neves em Ribeirão das Neves, bem como do Jardim Leblon em Belo Horizonte. As UPCs de Ribeirão das Neves estavam muito organizadas, e como foram recentemente implantadas em novos imóveis, as estruturas físicas se encontram em boa conservação. Ambas os imóveis são locados pela prefeitura, via parceria com o município por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 33/2023. Já a Unidade do Jardim Leblon na capital, carece de revitalização, pois tem muitos problemas estruturais identificados desde à época da gestão direta pela Supec/Sejusp, além da ausência de acessibilidade. Portanto, a recomendação é no sentido da procura por outro imóvel, já que este está sendo locado pelo Instituto Elo, para melhorias das condições estruturais para acesso do público e dos próprios trabalhadores da OS.

Importante rememorar que durante o ano de 2024 foi realizada a transição gradual da gestão das Unidades do estado para o Instituto Elo, que ficou responsável pelas locações de imóveis, impostos, energia elétrica e água, capinas, dedetizações, extintores de incêndio, limpezas de caixa d'água, fornecimento de material de escritório e limpeza, cartão de despesas miúdas, dentre outras afetas à execução.

Esta Supec avalia que o parceiro tem realizado com êxito a gestão estrutural das Unidades de Prevenção à Criminalidade, trazendo mais celeridade e eficiência nos processos de revitalização e de demandas urgentes. Foi apresentado pelo Instituto Elo um diagnóstico que demonstra as deficiências de cada UPC, e a medida do possível as ações para aprimoramento e revitalização das estruturas serão implementadas. Segue abaixo os registros fotográficos das visitas in loco realizadas neste período avaliatório.

Veneza





Sevilha/Rosaneves





6. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Memória de Cálculo A – Recurso Estadual

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
25º Relatório Gerencial Financeiro
Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio	1.268.505,60	294.725,58	23,23%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	5.499.550,00	1.476.177,42	26,84%
3	Capacitações da equipe contratada	374.000,00	305.670,82	81,73%
4	Deslocamento da equipe contratada	144.000,00	36.010,57	25,01%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	101.500,00	9.653,41	9,51%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	1.442.750,00	349.886,94	24,25%
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	114.200,00	40.117,27	35,13%
9	Ações do Programa Se Liga	2.400,00	4.723,20	196,80%
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	787.360,00	190.572,95	24,20%
16	Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e Sede Administrativa	26.000,00	-	-
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	96.000,00	26.978,40	28,10%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	12.000,00	91,40	0,76%
20	Gestão das UPCS - Manutenção, Reforma e Obras.	380.000,00	294.316,73	77,45%
21	Gestão das UPCS - Locação de imóveis, seguro imóveis, seguro fiança, condomínio, energia elétrica, IPTU, água, telefonia, internet, reprografia, taxas e impostos de fiscalização e funcionamento, AVCB, incêndio, etc.	813.600,00	208.520,66	25,63%
23	Gestão das UPCS - Aquisição de material de consumo, material de escritório, material de limpeza, material de informática, galões de água mineral, descartáveis, etc.	180.000,00	80.048,51	44,47%
24	Gestão das UPCS - Serviços de instalação manutenção de equipamentos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, etc.	12.000,00	250,00	2,08%
25	Gestão das UPCS - Serviços de construção, plotagem, manutenção, instalação e limpeza de placas de identificação das UPCs.	9.000,00	15.570,00	173,00%
26	Gestão das UPCS - Despesas com Veículos (IPVA, Seguro, Impostos, Manutenção, Combustível, etc).	260.200,00	140.535,23	54,01%
27	Gestão das UPCS - Despesas de pronto pagamento.	204.000,00	51.347,10	25,17%
28	Pesquisa de Impacto dos Programas da Política de Prevenção à Criminalidade.	400.000,00	-	-
Total		12.127.065,60	3.585.236,09	29,56%

Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Área Meio	38,52%	3.334.453,74
Área Fim	61,48%	5.321.968,22

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	3.629.179,32
Área Fim	8.612.478,73

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

25º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	17.224.990,68	13.450.130,44	9.256.828,48	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51
(E) Total de Entradas de Recursos	154.934,49	111.674,49	415.809,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	3.929.794,73	4.304.976,45	3.730.470,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	13.450.130,44	9.256.828,48	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51	5.942.167,51

Distribuição Gerencial dos Recursos		Composição do Saldo Financeiro (SF)		Movimentação da Reserva de Recursos	
(PP) Provisionamentos de Pessoal	6.080.507,54	Saldo Extrato C/C	1.329,99	Transporte de Saldo	7.090.204,90
(C) Recursos Comprometidos	3.772.569,23	Saldo Extrato CI 1	5.940.837,52	Transferência para Reserva	426.559,02
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-	Saldo Extrato CI 2	-	Rendimentos Fin da Reserva	224.185,57
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	(3.910.909,26)	Saldo Fundo Fixo	-	Gastos da Reserva	371.599,15
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	5.942.167,51	(SF) (=) Saldo Financeiro	5.942.167,51	Saldo	7.369.350,34
		(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)			

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

25º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	TOTAL
Previsto													
1 Entrada de Recursos													
1.1 Repasses	11.525.665,95	-	-	12.908.219,43	-	-	13.002.957,70	-	-	8.598.942,58	-	-	46.035.785,66
1.2 Rendimentos Fin.	154.934,49	111.674,49	67.375,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.984,71
1.3 Receitas Arrecadadas													
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(B) Total de Entradas:	11.680.600,44	111.674,49	67.375,73	12.908.219,43	-	-	13.002.957,70	-	-	8.598.942,58	-	-	46.369.770,37
2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	2.043.383,15	2.043.383,15	2.043.302,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.129.668,77
2.1.2 Estagiários	125.630,00	125.630,00	125.630,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	376.890,00
2.1.3 Encargos	606.474,27	606.474,27	606.474,27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.819.422,81
2.1.4 Benefícios	573.372,74	573.372,74	573.372,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720.118,22
Subtotal (Pessoal):	3.348.660,16	3.348.660,16	3.348.779,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.046.099,80
2.2 Gastos Gerais	1.237.481,20	1.050.631,20	838.201,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.126.313,60
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva	154.934,49	111.674,49	67.375,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.984,71
(S) Total de Saídas:	4.741.075,85	4.510.965,85	4.254.356,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.506.398,11
	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	TOTAL
Realizado													
1 Entrada de Recursos													
1.1 Repasses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Rendimentos Fin.	154.934,49	111.674,49	67.375,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	333.984,71
1.3 Receitas Arrecadadas													
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	348.434,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348.434,08
Subtotal Receitas:	-	-	348.434,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348.434,08
(B) Total de Entradas:	154.934,49	111.674,49	415.809,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	682.418,79
2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	1.632.594,55	1.659.999,85	1.707.564,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000.159,12
2.1.2 Estagiários	86.993,04	81.811,93	77.055,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245.860,18
2.1.3 Encargos	594.916,55	538.331,27	554.384,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.687.632,04
2.1.4 Benefícios	256.085,05	596.794,44	589.173,43	280.717,70	-	-	-	-	-	-	-	-	1.722.770,62
Subtotal (Pessoal):	2.570.589,19	2.876.937,49	2.928.177,58	280.717,70	-	-	-	-	-	-	-	-	8.656.421,96
2.2 Gastos Gerais	927.115,03	937.243,72	1.734.668,60	9.037,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.588.064,35
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	63.369,17	119.730,50	11.966,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195.065,67
2.4 Transferência para Reserva	154.934,49	111.674,49	348.434,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	615.043,06
(S) Total de Saídas:	3.716.007,88	4.045.586,20	5.003.246,26	289.754,70	-	-	-	-	-	-	-	-	13.054.595,04

Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
0,00%	46.035.785,66
100,00%	-
-	-
-	-
-	(348.434,08)
-	(348.434,08)
1,47%	45.687.351,58
81,57%	1.129.509,65
65,23%	131.029,82
92,76%	131.790,77
100,15%	(2.652,40)
86,17%	1.389.677,84
114,77%	(461.750,75)
-	(195.065,67)
184,15%	(281.058,35)
96,65%	451.803,07

Memória de Cálculo B – FUNEMP

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
25º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades

Nº	Atividades	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio		-	-
16			-	-
18			-	-
19			-	-
20			-	-
21			-	-
23			-	-
24			-	-
25			-	-
26			-	-
27			-	-
28			-	-
29		-	-	-
30		-	-	-
Total		-	-	-

Destinação dos Gastos de Pessoal

Destinação	%	Valor
Área Meio		-
Área Fim		-

Destinação dos Gastos Gerais e de Pessoal

Destinação	Valor
Área Meio	-
Área Fim	-

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

25º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
(T) Transporte de Saldo Financeiro Anterior	646.725,11	603.588,48	559.195,33	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81
(E) Total de Entradas de Recursos	6.453,42	5.752,05	5.113,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	49.590,05	50.145,20	51.991,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SF) Saldo Financeiro Apurado (T+E-S)	603.588,48	559.195,33	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81	512.317,81

Distribuição Gerencial dos Recursos		Composição do Saldo Financeiro (SF)		Movimentação da Reserva de Recursos	
(PP) Provisões de Pessoal	354.673,94	Saldo Extrato C/C	-	Transporte de Saldo	251.771,61
(C) Recursos Comprometidos	33.073,92	Saldo Extrato CI 1	512.317,81	Transferência para Reserva	17.776,74
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-	Saldo Extrato CI 2	-	Rendimentos Fin da Reserva	8.017,31
(SR) Saldo Remanescente (SF-PP-C-AR)	124.569,95	Saldo Fundo Fixo	-	Gastos da Reserva	-
(SF) Saldo Financeiro (Somatório)	512.317,81	(SF) (=) Saldo Financeiro	512.317,81	Saldo	277.565,66
		(G) CONFERENCIA (Saldo Existente - Apurado)	-		

Contrato de Gestão nº 02/2019 - Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - 25º Relatório Gerencial Financeiro					
Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período de Competência					
	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	TOTAL
Previsto					
1 Entrada de Recursos					
1.1 Repasses	-	-	-	-	-
1.2 Rendimentos Fin.	6.453,42	5.752,05	5.113,48	-	17.318,95
1.3 Receitas Arrecadadas					
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-
Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-
(E) Total de Entradas:	6.453,42	5.752,05	5.113,48	-	17.318,95
2 Saída de Recursos					
2.1 Gastos com Pessoal					
2.1.1 Salários	31.692,04	31.692,04	31.692,04	-	95.076,12
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	30.759,13	30.759,13	30.759,13	-	32.277,39
2.1.4 Benefícios	10.063,69	10.063,69	10.063,69	-	30.191,07
Subtotal (Pessoal):	52.514,86	52.514,86	52.514,86	-	157.544,58
2.2 Gastos Gerais	-	-	-	-	-
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva	6.453,42	5.752,05	5.113,48	-	17.318,95
(S) Total de Saídas:	58.968,28	58.266,91	57.628,34	-	174.863,53
	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	TOTAL
Realizado					
1 Entrada de Recursos					
1.1 Repasses	-	-	-	-	-
1.2 Rendimentos Fin.	6.453,42	5.752,05	5.113,48	-	17.318,95
1.3 Receitas Arrecadadas					
1.3.1 Receitas Arrecadadas Previstas	-	-	-	-	-
1.3.2 Rendimentos Fin. c/ Destinação Específica	-	-	-	-	-
1.3.3 Outras Receitas	-	-	-	-	-
Subtotal Receitas:	-	-	-	-	-
(E) Total de Entradas:	6.453,42	5.752,05	5.113,48	-	17.318,95
2 Saída de Recursos					
2.1 Gastos com Pessoal					
2.1.1 Salários	29.630,22	29.497,32	32.342,10	-	91.469,64
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	30.709,31	30.709,31	30.709,31	-	32.127,93
2.1.4 Benefícios	4.943,22	9.673,52	9.897,52	4.106,80	28.621,06
Subtotal (Pessoal):	45.282,75	49.880,15	52.948,93	4.106,80	152.218,63
2.2 Gastos Gerais	-	-	-	-	-
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva	6.453,42	5.752,05	-	-	12.205,47
(S) Total de Saídas:	51.736,17	55.632,20	52.948,93	4.106,80	164.424,10

Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
-	-
100,00%	-
-	-
-	-
-	-
-	-
-	-
100,00%	-
Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
96,2%	3.606,48
-	-
99,54%	149,46
94,80%	1570,01
96,62%	5.325,95
-	-
-	-
70,47%	5.113,48
94,03%	10.439,43

6.1. Análise das receitas e despesas do período

Os Relatórios Gerenciais Financeiros (RGF) foram enviados pelo Instituto Elo por e-mail em 09/04/2025. Ademais, os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade com os saldos informados nos RGFs.

Do total de saídas realizadas no 25º período avaliatório foi executado 96,65% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual) e 94,03% da Memória de Cálculo B (recurso oriundo do Ministério Público - FUNEMP).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, **nos limites de suas competências preconizadas pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018.**

Ademais, informa que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio dos servidores da SEJUSP, dos funcionários da OS Instituto Elo, e precipuamente das diretorias e coordenações dos programas de prevenção social à criminalidade da SUPEC.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e de Parcerias

Relatório da Comissão de monitoramento 25º PA - SEJUSP/AGUP

Belo Horizonte, 19 de maio de 2025.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO 002/2019

Declaramos ter realizado todos os procedimentos de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão 002/2019, celebrado entre a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e a Organização Social Instituto ELO, bem como supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo no 25º período avaliatório e realizado a conferência documental, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e no Relatório Gerencial Financeiro (RGF); as fontes de comprovação dos indicadores e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do provisionamento trabalhista; a relação dos bens adquiridos pela OS no respectivo período; os valores comprometidos, conforme demonstrado no Relatório Gerencial Financeiro; a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, conforme disposto na legislação pertinente e na metodologia dos procedimentos de checagens amostrais periódicas; a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão 002/2019.

Assim sendo, ratificamos e atestamos a fidedignidade das informações produzidas pela Comissão de Monitoramento, com o apoio e colaboração das respectivas diretorias e coordenações dos programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade e exaradas no respectivo Relatório da Comissão de Monitoramento, PDF doc. (113935381).

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Marina Tereza da Silva Coelho

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº002/2019

Ana Carolina dos Santos Gonçalves

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Cícera Maia

Membro da Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 002/2019



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora-Chefe**, em 19/05/2025, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Tereza da Silva Coelho, Servidor(a) Público(a)**, em 19/05/2025, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina dos Santos Gonçalves, Servidor(a) Público(a)**, em 19/05/2025, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cícera Maia, Servidora**, em 19/05/2025, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 19/05/2025, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **113935678** e o código CRC **12A7EDB3**.